

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXII • Nº 172

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 12 de outubro de 2005

Alepe adota modificações na reunião plenária a partir do dia 24

Objetivo é garantir maior participação dos parlamentares na discussão dos assuntos importantes

A partir do dia 24 deste mês, a votação da Ordem do Dia será realizada após o Grande Expediente, durante as reuniões plenárias das terças e quartas-feiras. Nessas dias, será feita, também, chamada nominal. Essas mudanças foram aprovadas na reunião da Mesa Diretora, realizada na manhã de ontem, e anun-

ciadas, em Plenário, pelo presidente da Assembleia, deputado Romário Dias (PFL).

De acordo com Romário, ficou decidido, ainda, que o número de oradores será o previsto pelo Regimento Interno da Casa. Cinco parlamentares poderão se inscrever em cada Expediente, sendo três da Bancada do

Governo e dois da Oposição, seguindo o critério da proporcionalidade. "No Pequeno Expediente, cada orador terá cinco minutos, com acréscimo de um minuto para as considerações finais. No Grande Expediente, os deputados terão 15 minutos para se pronunciar e os apartes serão, rigorosamente, de três minutos, conforme o Regimento", afirmou.

Para o presidente, as mudanças garantirão maior participação dos parlamentares nas discussões realizadas em Plenário. "Já havia uma ansiedade da maioria dos deputados para que encontrássemos o melhor caminho para que o Grande Expediente não ficasse esvaziado. Dessa forma, estamos assegurando o funcionamento institucional ainda melhor", acrescentou Romário.



ANÚNCIO - Romário informou decisão da Mesa Diretora



PRESENÇA- Terças e quartas-feiras será feita chamada nominal dos deputados estaduais

FERNANDO SILVA

Título de Cidadão

FERNANDO SILVA

Nascido em Fortaleza, mas residindo no Recife desde 1970, o médico Ricardo Albuquerque Paiva recebeu, ontem, o Título de Cidadão de Pernambuco. A comenda foi proposta pelo deputado Sebastião Oliveira Júnior (PL). O deputado pefelista Sebastião Rufino presidiu a solenidade e afirmou que "o homenageado é exemplo de dedicação à prática da medicina e competente administrador nos diversos cargos que lhe foram confiados em entidades e hospitais recifenses". Sebastião Oliveira Júnior ressaltou "a notoriedade técnica" de Ricardo Paiva. "Ele é responsável pelas conquistas da categoria obtidas em Pernambuco, na luta em defesa da dignidade médica", acrescentou. Ao agradecer, Paiva conclamou a população a se engajar nos desafios sociais. "Não devemos apenas transferir a responsabilidade aos Governos, mas atuar em bloco, a fim de retomar os valores éticos, solidários e humanísticos."



Talento infantil

CARLOS OLIVEIRA

Algumas caixinhas de massa de modelar. É tudo de que precisa Lucas Vasconcelos Cavalcante para transformar brincadeira em arte com riqueza de detalhes. O garoto de 16 anos, filho da servidora Kátia Vasconcelos, assessora da Comissão de Negócios Municipais da Alepe, cria objetos e bonecos de massa desde os 3 anos. "Eu



queria ter alguns brinquedos que não existiam no mercado ou que meus pais não podiam comprar. Então, comecei a inventá-los", destaca Lucas, contando como despertou para esse tipo de arte. Em comemoração à Semana da Criança, os objetos ficam expostos na Biblioteca da Alepe, até o dia 21 de outubro. A gerente do setor, Sirlênia Alves, considera o trabalho do jovem muito interessante, por isso o convidou para expor.

Educação receberá verbas da dívida externa

Proposta foi aprovada na Conferência da Unesco, em Paris

FERNANDO SILVA

A aprovação da resolução que propõe converter a dívida externa em investimentos na área de educação, na última segunda-feira, durante a 33ª Conferência Geral da Unesco, em Paris, foi destacada, ontem, pela deputada Teresa Leitão (PT). "É uma vitória diplomática. Não foi fácil convencer o G-7, grupo dos países mais ricos", afirmou, acrescentando que a proposta beneficiará os países pobres e em desenvolvimento, como o Brasil.

De acordo com a parlamentar, a expectativa é que os recursos no setor sejam aumentados até 2010. "Precisamos não só ampliar os horizontes educacionais dos alunos, mas, também, recuperar a qualidade do ensino", observou. Teresa disse que a proposta é uma antiga reivindicação dos países pobres e que, no Brasil, o debate foi iniciado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).



COMEMORAÇÃO - Teresa elogiou ação e destacou os Dias das Crianças e dos Professores

"Em janeiro deste ano, a CNTE entregou o documento ao então ministro da Educação, Tarso Genro, solicitando que o Governo Federal negociasse a proposta. Em junho, o Ministério instalou o Comitê Social

para Conversão de Parte da Dívida, que criou uma cartilha explicativa sobre o tema. O material foi encaminhado à Unesco", disse, parabenizando o ministro da Educação, Fernando Had-

dad, pela conquista. Teresa comentou a importância da resolução da Unesco para as crianças e os professores. "É uma boa notícia", esclareceu, ressaltando as datas dedicadas aos dois grupos, celebradas hoje e sábado, respectivamente.

Aula de Cidadania

Estudantes de Agrestina conhecem o Poder Legislativo

Estudantes do Ensino Fundamental da Escola Nossa Senhora da Conceição, no município de Agrestina, Agreste do Estado, participaram, ontem, do Projeto Conhecendo a Assembleia Legislativa de Pernambuco. A convite do deputado

Guilherme Uchôa (PDT), 32 alunos assistiram à Aula de Cidadania no Plenário da Alepe. Uchôa falou aos estudantes sobre o trabalho dos parlamentares na Casa Joaquim Nabuco, ensinando como funcionam as Comissões Permanentes e Temporárias e qual o papel dos deputados estaduais. "Precisamos mostrar à juventude o trabalho do Legislativo e a atuação efetiva dos parlamentares em prol do Estado", afirmou.

Durante a tarde, no Plenário, o presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), elogiou a iniciativa do pedetista e agradeceu a presença dos alunos. "Em nome da Mesa Diretora, parabenizo o parlamentar e os professores Jorge Henri-



MOISÉS BARBOSA

PDT - Iniciativa foi de Guilherme Uchôa, sentado à Mesa (c)

que, Carla Alves, José Pedro e Jodízia Silvânia", destacou.

Em pronunciamento, o deputado José Queiroz (PDT) representou Uchôa na tribuna. "É de grande importância a interação com a juventude. A visita foi

possível graças à direção da escola, ao colega Guilherme Uchôa e ao secretário de Saúde de Agrestina, Antônio Roberval." Para a diretora-adjunta da escola, Jucivania Paula da Silva, a "iniciativa da Alepe é louvável".



QUEIROZ - Elogios

Garanhuns

Diocesano completa 90 anos de fundação

Os 90 anos do Colégio Diocesano de Garanhuns, no Agreste, foram comemorados, ontem, pela deputada Aurora Cristina (PMDB). A programação festiva termina hoje, com a realização do desfile de alunos, ex-alunos e a inauguração da quadra poliesportiva. "Parabenizo o diretor da entidade, professor Albérico Fernandes, pela sua atuação nesses 21 anos em que se mantém à frente da direção, e todos os que compõem a família diocesano", declarou a parlamentar.

A peemedebista ressaltou que "não foi fácil para os idealizadores colocarem em prática o sonho de fazer, em Garanhuns, o Colégio dos Meninos". "O jovem padre

Antero acreditou e, só a partir daí, o Ginásio começou a dar o primeiro fruto."

O Colégio Diocesano surgiu antes da Diocese de Garanhuns, que veio a ter o primeiro bispo, Dom João Tavares de Moura, em 1919. Desde 1915, estão registrados na história do colégio, sete diretores, centenas de funcionários e milhares e alunos.

"Em 90 anos de ciência e fé, o Diocesano pôde contar, por mais de 60 anos, com o ícone da educação de Garanhuns, o seu quinto diretor, monsenhor Ademar da Mota Valença. Com o trabalho árduo e um projeto futurista, fez do ginásio a sua paróquia", acrescentou.



FERNANDO SILVA

ATUAÇÃO - Aurora Cristina ressaltou direção da entidade

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Vice-Presidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretária, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral,** Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial,** Socorro Vilça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa,** Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditoria,** Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa,** Cláudia Lucena; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia); **Moisés Barbosa e Carlos Oliveira;** **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcides Ramos; **Estagiários:** Bruna Serra, Eva Farias, Larissa Rodrigues, Léo Monteiro e Renata Bezerra de Melo. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. Nosso E-mail: dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

Uso de custas judiciais para pagar pessoal divide opiniões

Comissão de Justiça realizou audiência pública para tratar do assunto

O Projeto de Lei nº 1078/05, visando autorizar o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) a utilizar em despesa de pessoal na ordem de R\$ 38,7 milhões provenientes de taxas e custas judiciais, será discutido com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Fausto Freitas. A solicitação do encontro foi feita, ontem, durante audiência pública da Comissão de Justiça, pelo relator da matéria, deputado Pedro Eurico (PSDB). O parlamentar quer esclarecer alguns pontos, antes de apresentar o relatório.

"O uso dessas verbas para pagamento de pessoal poderá causar a suspensão ou redução de investimentos em reformas ou construção de novos fóruns. Se o TJPE pode melhorar o atendimento, já que as demandas são enormes, por que destinar essa verba para pessoal? Quanto restará no próximo ano para investir?", argumentou.



RINALDO MARQUES

CAUTELA - Parlamentares temem redução de investimentos, mas representante do TJ afirma que não haverá prejuízo

A discussão realizada pelo colegiado contou com a presença do chefe do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, Brival-

do Pereira, representando o presidente, desembargador Macêdo Malta, que está em viagem oficial. Segundo ele, os recursos provenientes das

taxas e custas judiciais darão condições de o Poder melhorar os subsídios dos magistrados e servidores do TJPE. "Apelamos à Assem-

bléia para que aprove o projeto. A matéria é importante para que o Tribunal possa honrar os compromissos com pessoal, inclusive este

ano. A ação não inviabilizará investimentos em 2006, porque o TJPE contará com mais de R\$ 20 milhões para aplicar em reformas e construção de fóruns."

Para o deputado Alf (PTB), a proposição precisa de vários ajustes. Segundo o parlamentar, como a matéria é financeira, deveria ter sido encaminhada pelo presidente do TJPE, e não pelo governador. "Após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que estabelece e autoriza a cobrança dessas taxas, precisa ser feita a regulamentação para o uso desses recursos. Também é necessário o envio de um projeto de lei, de iniciativa do Judiciário, criando o fundo para onde será destinado o montante arrecadado. A proposição ainda define como o dinheiro será empregado. É importante haver o entendimento entre os Poderes, a fim de que o projeto seja encaminhado de forma correta", acrescentou.

Surubim

Lupa ressalta novo hospital

A matéria "Lupa ressalta novo hospital" está sendo republicada hoje, por erro cometido pelo Departamento de Imprensa da Assistência de Comunicação Social. A seguir, o texto correto.

Os mais de 53 mil moradores de Surubim, cidade situada a 124 quilômetros do Recife, serão beneficiados com um novo hospital. O início das obras foi comemorado pelo deputado Fernando Lupa (PSDB). "Essa é uma importante conquista do povo, resultante do esforço de políticos, como o deputado federal Maurício Rands (PT); o prefeito Flávio Nóbrega (PT); e o ex-ministro da Saúde Humberto Costa (PT)", afirmou.

De acordo com o parlamentar, que foi um dos entusiastas do projeto e participou, no último domingo, do lançamento da pedra



FERNANDO SILVA

VERBA - Governo Federal

fundamental, a obra deve durar cerca de um ano e custará R\$ 3,5 milhões.

"Parte do dinheiro está na conta da Prefeitura. A unidade de saúde beneficiará não só os habitantes da cidade como a população dos municípios vizinhos", destacou, acrescentando que a iniciativa foi viabilizada com verbas do Governo Federal.

O tucano ressaltou, ainda, a atuação do prefeito Flávio Nóbrega. "Depois que assumiu a administração de Surubim, Flávio impôs outro ritmo de crescimento. Trata-se de um homem com visão inovadora e que trabalha para garantir qualidade de vida aos moradores."

Estado pode implantar cadastro de foragidos

A possibilidade de Pernambuco criar o Cadastro Estadual de Foragidos foi tema de outra discussão na Comissão de Justiça. A iniciativa, prevista pelo Projeto nº 1058/05, de autoria do deputado Izaías Régis (PTB), foi elogiada e ganhou o apoio de representantes das Secretarias de Justiça e Cidadania e de Defesa Social (SDS), das Polícias Federal, Militar e Civil e da Justiça. Eles ainda apresentaram sugestões para aperfeiçoar a proposta, que prevê a criação de um site com fotografias e informações sobre pessoas procuradas pela Justiça.

Segundo o autor da matéria, a intenção é tornar a população um auxiliar na

busca desses foragidos. "Queremos que a sociedade seja parceira da polícia e da Justiça. Com a publicação dessas informações na Internet, poderemos fazer as identificações de forma mais fácil. Além disso, a denúncia pode ser feita sem a identificação do denunciante", destacou.

O delegado da Polícia Federal Delano Cerqueira sugeriu modificações ao projeto, entre elas, que os crimes mais graves, como homicídios e latrocínios, sejam priorizados na inclusão do cadastro e que sejam acrescentados, também, os apelidos usados pelos criminosos e os retratos-falados feitos pela polícia.

Os representantes das

Secretarias de Justiça, Lêda Pessoa, e de Defesa Social, delegado José Durval, destacaram a importância da iniciativa e manifestaram a intenção de colaborar com a implementação. O juiz da 3ª Vara Criminal da Capital, Laerte Jatobá, lembrou que as falhas nos inquéritos, muitas vezes encaminhados sem todos os dados, podem dificultar a identificação dos acusados.

O presidente da Comissão de Justiça, Bruno Rodrigues (PSDB), solicitou aos participantes da audiência que enviem sugestões para o colegiado. "Encaminharemos ao deputado Izaías Régis para que o projeto possa ser aperfeiçoado", afirmou.

Aterro em Igarassu beneficiará oito municípios da região metropolitana

Parceria com a Serquip permitirá o tratamento de mil toneladas de lixo/dia

O projeto de implantar um aterro sanitário único na Região Metropolitana Norte do Recife foi discutido, ontem, durante a audiência pública da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alepe. O empreendimento, denominado de Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco (CTR), funcionará em Igarassu e atenderá cerca de oito municípios. A iniciativa será viabilizada por meio de parceria entre a Serviços, Construções e Equipamentos Ltda (Serquip) e outras três instituições privadas. Estabelecida há cinco anos no mercado, a Serquip é especializada em tratamento de resíduos industriais e hospitalares e atua em oito Estados do País.

De acordo com o diretor-



RINALDO MARQUES

MEIO AMBIENTE - Colegiado analisou viabilidade da obra, prevista para começar em 2006

técnico da Serquip, Alexandre Menelau, o empreendimento será instalado numa área de 88 hectares e contará com aproximadamente R\$ 10 milhões. "O custo poderá ser

modulado, a partir da adesão das Prefeituras", explicou. Segundo Menelau, a CTR terá capacidade de receber uma média de mil toneladas de resíduos domiciliares,

industriais e hospitalares por dia e será um dos aterros sanitários mais bem estruturados do País. A obra deverá começar em 2006.

O representante do Movi-

mento Nacional dos Catadores de Lixo, José Cardoso, informou que existem, aproximadamente, 20 mil catadores no Estado e quase 800 mil, no Brasil. "Recife acumula 2,6 mil toneladas de lixo diariamente, das quais duas mil são recolhidas. Em 2003, o segmento de reciclagem gerou quase R\$ 3 bilhões em todo o País, o que comprova a viabilidade da atividade", salientou.

A vice-presidente da Comissão, Ceça Ribeiro (PSB), é favorável à implantação do aterro sanitário. Ela também destacou a importância do trabalho dos catadores de lixo. "É preciso que o poder público e as empresas privadas reconheçam a categoria, que já é considerada uma profissão e tem papel social

relevante, pois gera emprego e renda para a população", ressaltou.

"O colegiado discutirá alternativas para que o setor receba novos investimentos da iniciativa privada", observou o presidente do colegiado, Ricardo Teobaldo (PMDB). Ele informou que uma lei federal estipula o prazo de cinco anos para que os municípios tenham aterros sanitários regularizados".

Entre as entidades que participaram do encontro estavam representantes de Prefeituras da RMR, da Empresa Metropolitana de Limpeza Urbana (Emlurb) e da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH). O deputado Sílvio Costa (PMN) também esteve presente.

Caruaru

Reconstrução de aeroporto em fase final

A reconstrução do Aeroporto Oscar Laranjeiras, localizado em Caruaru, deve ser concluída em 150 dias. O anúncio foi feito, ontem, pelo deputado Roberto Liberato (PFL), que elogiou a parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Caruaru. "Agradeço ao governador, Jarbas Vasconcelos (PMDB); ao vice-governador, Mendonça Filho (PFL); ao secretário de Infra-Estrutura, Fernando Dueire; e ao prefeito de Caruaru, Tony Gel (PFL); pelos esforços para concretizar essa importante obra", destacou.

De acordo com o prefeito, o projeto custou R\$ 7 milhões. Atualmente, o pátio do estacionamento e a pista, que terá aproximadamente 1.800 metros, estão sendo pavimentados. "A iniciativa possibilitará maior número de vôos comerciais, ampliando o desenvolvimento econômico da Capital do Agreste. Parabenizo, também, o Depar-



FERNANDO SILVA

LIBERATO - Solicitação de saneamento para Vila do Cajá

tamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER) pela preocupação com a qualidade da construção e com o cumprimento do prazo", afirmou.

SANEAMENTO - A instalação da rede coletora e do sistema de saneamento na Vila do Cajá, localizada próximo ao aeroporto, foi solicitada pelo deputado. "A Prefeitura de Caruaru está com o projeto pronto e a obra custa R\$ 800 mil. Gostaria de pedir que a Secretaria de In-

fra-Estrutura tente viabilizar a iniciativa em parceria com o município", informou.

Roberto Liberato também voltou a pedir ao secretário de Defesa Social, João Braga, a construção do prédio para sediar o Instituto de Medicina Legal de Caruaru (IML). "O Hospital Regional do Agreste não pode mais dividir o espaço com o IML. Essa é uma necessidade da população caruaruense e das cidades vizinhas", avaliou.

Iluminação

Alf e Nélon avaliam denúncia contra Olinda

As denúncias publicadas no *Jornal do Commercio* sobre supostas irregularidades no processo de licitação para o gerenciamento do sistema de iluminação pública de Olinda voltaram a ser discutidas, ontem, na Assembleia. O deputado Alf (PTB) destacou as variações de até 548,33%, encontradas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), nas planilhas de preços apresentadas pela empresa baiana Citéluz, vencedora da concorrência. O deputado Nélon Pereira (PCdoB) rebateu as denúncias, argumentando que o processo foi acompanhado pelo TCE e a mudança no gerenciamento trouxe aos cofres públicos do município a economia mensal de R\$ 90 mil com energia elétrica.

De acordo com Alf, "a Prefeitura de Olinda deveria ter revogado a licitação, já que apenas uma empresa estava habilitada a participar". O parlamentar destacou que o edital do município era idêntico e continha as mesmas exigências de outro publica-

do na Bahia. "O contrato foi homologado com preços que chegam a variar mais de 500% em relação aos praticados pelo mercado. Isso mostra superfaturamento. Esperamos que as recomendações do TCE sejam efetivamente cumpridas", disse.

Pereira criticou o "prejudicamento" que vem sendo feito por Alf e pela imprensa. O parlamentar afirmou que a intenção da Prefeitura é esclarecer os fatos e lembrou que a análise do TCE ainda não foi concluída. "Com base nas coincidências entre itens do edital e as certidões do acervo técnico, o Tribunal suspeita, e não afirma, que a empresa pode ter sido beneficiada. A licitação foi acompanhada por um técnico do TCE, que não pediu para paralisar o procedimento", destacou. O comunista ainda registrou que houve a devolução aos cofres municipais de R\$ 4,4 milhões pela Celpe, conforme contrato de encontro de contas, e que foram viabilizados importantes in-

vestimentos, como a iluminação destacando os monumentos da cidade. "A empresa era a única que tinha condições de prestar o serviço completo", acrescentou.

Em apartes, Pedro Eurico (PSDB) pediu rigor na investigação do Ministério Público e do TCE e defendeu que a Câmara de Olinda tenha uma "oposição mais forte" à Prefeita Luciana Santos (PCdoB). Antônio Moraes (PSDB) registrou que "várias Prefeituras vêm sendo enganadas por um grupo de advogados que oferecem vantagens em diversos setores". Teresa Leitão (PT) falou que os indícios detectados são apenas parte do processo em tramitação e que o resultado será julgado pelo Pleno do TCE em 30 ou 40 dias. Jacilda Urquiza (PMDB) salientou que está "vigilante" ao que acontece no município e citou que, na época em que era prefeita de Olinda, foi alvo de "diversas denúncias sem provas pela atual prefeita".



RESTAURAÇÃO - Governo afirma que idéia é desafogar atendimento oftalmológico no HR

Convênio com a FAV é questionado

Deputados querem informações da Saúde

O convênio entre a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Altino Ventura (FAV) repercutiu, ontem, durante a reunião da Comissão de Saúde da Alepe. O acordo prevê a transferência de parte dos serviços oftalmológicos de urgência do Hospital da Restauração (HR) para a Fundação. O presidente do colegiado, deputado Mavriel Cavalcanti (PFL), informou que a Comissão solicitará informações à Secretaria sobre o assunto.

Na reunião, o deputado Isaltino Nascimento (PT) sugeriu uma audiência pública para debater a questão. Segundo ele, o convênio

pode desencadear um "processo de privatização da saúde" em Pernambuco. "O Governo deveria promover concursos públicos para contratar profissionais. Em vez disso, está dando preferência ao setor privado para realizar os atendimentos", destacou o petista. A audiência, no entanto, não foi marcada. O colegiado aguardará, inicialmente, os dados da Secretaria.

A deputada Ana Cavalcanti (PP) é favorável à parceria. "A iniciativa pode desafogar a emergência do Hospital da Restauração", comentou. Para o deputado Adelmo Duarte (PFL), a audiência pública não deve

ser realizada antes de a Secretaria prestar os esclarecimentos necessários ao colegiado. Ele sugeriu que seja marcada uma reunião com o secretário de Saúde, Gentil Porto. A deputada Aurora Cristina (PMDB) concordou com Duarte.

A Comissão também agendou para o dia 1º de novembro uma audiência pública, em Nazaré da Mata, Zona da Mata Norte do Estado, para debater os Consórcios Intermunicipais de Saúde. A iniciativa propõe descentralizar a assistência pública de saúde em Pernambuco por meio de parcerias entre as Prefeituras Municipais.

Pecuária

Moraes alerta sobre riscos da febre aftosa

O foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul preocupa o deputado Antônio Moraes (PSDB). Ontem, o parlamentar criticou o Governo Federal pela falta de recursos para o Ministério de Agricultura e solicitou providências urgentes para conter a doença. "Caso não seja tomada nenhuma medida, a economia brasileira poderá ser prejudicada", disse, ressaltando que o Estado tem o maior rebanho bovino do Brasil e um dos maiores do mundo.

Moraes ressaltou que a economia brasileira está forte graças ao agronegócio. "Segundo o ex-ministro da Agricultura Pratine de Moraes, no ano passado, o Brasil exportou cerca de US\$ 3 bilhões em carne bovina. Hoje, somos o maior exportador do produto", disse, alertando para as consequências provocadas pela aftosa.

O tucano também voltou a questionar a decisão do Executivo Federal de autorizar o desconto de emprés-



PAÍS - Exportação de carne bovina chegou a US\$ 3 bilhões

timos concedidos por instituições financeiras nos

Empréstimo consignado a aposentados também é criticado

benefícios dos aposentados. "O comércio dos pe-

quenos e médios municípios já está sentindo o reflexo da iniciativa. Enganados pela mídia, os aposentados estão se endividando, comprando supérfluo e ficando sem condições de fazer a feira", afirmou. O parlamentar disse que muitos aposentados receberam, este mês, R\$ 210,00, devido aos descontos. "Em vários casos, as parcelas chegam a 36 prestações", disse.

Economia

Recife sedia congresso da indústria gráfica

Após 20 anos, o Recife volta a sediar o 13º Congresso Brasileiro da Indústria Gráfica. *Inteligência Competitiva: Gestão para Resultados* é o tema do encontro, que acontece de hoje até sábado, no Mar Hotel, em Boa Viagem. O evento foi organizado pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf-PE) e pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado (Sindusgraf-PE), com patrocínio da Abigraf Nacional.

"Parabenizo o presidente da Abigraf-PE e do Sindusgraf-PE, Sebastião Figueirôa, e os demais organizadores pela iniciativa. O objetivo é discutir as dificuldades desse segmento produtivo, buscar alternati-

vas para o crescimento, aprimorar tecnologias e diminuir custos", ressaltou Antônio Figueirôa (PTB).

De acordo com o parlamentar, o setor gráfico, em Pernambuco, é forma-

do por mais de 600 indústrias de pequeno e médio portes, com faturamento mensal em torno de R\$ 15 milhões. São empregadas direta e indiretamente dez mil pessoas.



INCENTIVO - Figueirôa parabenizou organizadores

Administração

A Emenda Modificativa nº 1/2005, apresentada pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 1066/05, de autoria do Poder Executivo, que pede abertura de crédito suplementar no valor de mais de R\$ 400 milhões para encargos gerais do Estado, foi aprovada, ontem, pela Comissão de Administração Pública da Alepe. De acordo com o presidente do colegiado, deputado José Queiroz (PDT), a emenda altera a vigência da lei com efeito retroativo a 25 de setembro, pois o projeto original previa 25 de outubro. "Entendemos que houve um equívoco na redação da matéria, por isso o colegiado aprovou a emenda." Na reunião, foram distribuídos cinco projetos e um foi aprovado, o de nº 1070, de autoria do deputado Antônio Figueirôa (PTB), que institui a data 23 de setembro como Dia da Psicanálise. Participaram da reunião as deputadas Aurora Cristina (PMDB) e Teresa Leitão (PT).



FERNANDO SILVA

Legislativo volta a opinar sobre desarmamento

Referendo popular acontece no próximo dia 23

O referendo popular sobre o comércio de armas de fogo e munição, no próximo dia 23, foi, mais uma vez, debatido no Plenário. Ontem, o deputado Isaltino Nascimento (PT) defendeu o fim da comercialização e destacou que pobres, negros e mulheres são as principais vítimas dos crimes por arma de fogo. "A maioria dos casos acontece dentro de casa, em brigas de vizinhos, no bar da esquina. A arma não dá segurança. Ela tem que ser utilizada por pessoas treinadas", frisou.

De acordo com o parlamentar, nos últimos 20 anos, a taxa de mortalidade por armas de fogo triplicou

Em apertes, deputados apresentaram opiniões divergentes

no País. "Em 2002, foram mortas 38.088 pessoas,

sendo 90% homicídios; 3,6% suicídios; 0,8% acidentes e 5,6% de intencionalidades desconhecidas", disse, alegando que a internação de vítimas custa ao Sistema Único de Saúde 16,45% a mais do que o tratamento dos que sofrem acidentes de trânsito.

Em apertes, os deputados Henrique Queiroz (PP) e Mavíael Cavalcanti (PFL) se pronunciaram. Queiroz criticou o desarmamento e o Governo Federal "por transferir a responsabilidade da falta de segurança para a população". "O Não signifi-



SIM - Isaltino Nascimento defendeu o fim da comercialização de armas de fogo no País

ca o direito do cidadão de defender sua família", avaliou, comentando que, apesar da redução do número de armas vendidas, a criminalidade aumentou nos últimos anos. Queiroz comentou o índice de mortes em países como os EUA e a

Suíça, onde a maioria da população possui armas. "Nos EUA, 52% da população têm armas, porém o número de mortes para cada cem mil habitantes é de 6 pessoas", alegou.

Mavíael afirmou que é contra as pessoas andarem

armadas, mas a favor de que elas possam ter uma arma em casa. "Votarei no Não por falta de mais esclarecimentos sobre o desarmamento", afirmou, avaliando que o assunto "é muito técnico" para ser definido pela população.

Violência

Assassinato de promotor completa cinco meses

O assassinato do promotor de Justiça do município de Panelas, Rossini Alves Couto, completou, na última segunda-feira (10), cinco meses sem que nenhum culpado tenha sido identificado. A data foi lembrada pelo deputado Pedro Eurico (PSDB), que criticou a impunidade. "A falta de solução para o caso demonstra a ineficiência da Polícia Civil de Pernambuco", enfatizou.

O parlamentar informou que, enquanto nada for esclarecido, continuará cobrando das autoridades de segurança a punição dos responsáveis. Segundo Eurico, o assassinato foi encomendado, confirmando as frequentes ações de pistolagem praticadas por motoqueiros. "Sabemos que o crime é de difícil esclarecimento, mas não justifica a Polícia não ter apresentado nenhum dado à sociedade", ressaltou.

De acordo com Eurico,



INVESTIGAÇÃO - Eurico cobrou respostas à Polícia

desde 3 de agosto, o governador Jarbas Vasconcelos solicitou ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal um delegado especial e a designação de agentes para ajudar nas investigações. Como o governador não recebeu respostas, Eurico pediu ao presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), que envie, em nome da Assembléia, um comunicado ao ministro da Justiça,

Márcio Tomaz Bastos, solicitando apoio para o esclarecimento do caso.

Rossini Alves Couto foi morto no dia 10 de maio, no momento em que almoçava com companheiros de trabalho. "Não é uma simples morte, mas a de um promotor de Justiça em pleno exercício de suas funções, ou seja, defendendo a sociedade e combatendo o crime", disse Eurico.

Esportes

Rufino destaca atuação de jornalista

A atuação do jornalista, radialista e cronista esportivo Júlio José Bezerra Filho, que morreu anteontem, vítima de um infarto no miocárdio foi destacada pelo deputado Sebastião Rufino (PFL). Casado com Marlene Bezerra e pai de três filhos, começou a carreira aos 16 anos na Rádio

Capibaribe. O deputado apresentou, ontem, um Voto de Pesar pela morte do jornalista. "Júlio era um homem sincero, contestador e muito trabalha-

Júlio Bezerra Filho morreu, anteontem, vítima de infarto

dor. Foi excelente jornalista e sempre priorizou a verdade."

Ao longo da carreira profissional, iniciada em 1964, o jornalista traba-

lhou em importantes veículos, entre eles, as *Rádios Globo, Jornal, Olinda, Relógio e Clube*. "O cronista obteve destaque quando trabalhou no jornal *Diário de Pernambuco*, onde permaneceu por 25 anos como repórter e como editor-assistente." Recentemente, Júlio vinha apresentando o programa *Esses Maravilhosos Cronistas Esportivos*. Ele publicou vários livros, sendo o último *Futebol em Preto e Branco*, e foi o primeiro jornalista nordestino a comandar a *Revista Torcida*.



CARREIRA - Pefelista parabenizou trajetória profissional

Lei

LEI Nº 12.789, DE 28 DE ABRIL DE 2005.

EMENTA: Dispõe sobre ruídos urbanos, poluição sonora e proteção do bem-estar e do sossego público e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do artigo 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer meio ou forma que contrariem os níveis máximos de intensidade auditiva, fixados por lei.

§1º Serão considerados prejudiciais, os ruídos que ocasionem ou possam ocasionar danos materiais à saúde e ao bem estar publico.

§2º Para efeitos dessa lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I – MEIO AMBIENTE – Conjunto de condições que afetam a existência, desenvolvimento e bem estar dos seres vivos. Não se trata, pois, apenas de um lugar no espaço, mas de todas as condições físicas, químicas e biológicas que favorecem ou desfavorecem o desenvolvimento.

II – SOM – é uma das várias frequências sonoras que ocupam uma ou varias partes especificas do espectro de frequências auditíveis.

III – POLUIÇÃO SONORA – toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nessa lei.

IV – RUÍDO – qualquer som indesejável ou sem qualidade ou uma mistura de sons ocupando uniformemente toda a gama de frequências auditivas que causem perturbações ao sossego público ou produzam efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

V – RUÍDO IMPULSIVO: som de curta duração com início inesperado e parada repentina.

VI – RUÍDO CONTÍNUO - Aquele com movimento ondulatório de nível de pressão acústica pequena, que pode ser desprezada dentro do período de observação.

VII – RUÍDO INTERMITENTE - É aquele cujo nível de pressão acústica cai de forma inesperada ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação.

VIII – RUÍDO DE FUNDO – Todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto de medição.

IX – DISTÚRBIOS SONOROS e DISTÚRBIOS POR VIBRAÇÕES – significa qualquer ruído ou vibração que ponha em perigo ou prejudique a saúde de seres humanos ou animais, além de causar danos, de qualquer natureza, às propriedades públicas ou privadas, possa ser considerado como incômodo ou que ultrapasse os níveis fixados nesta lei.

X – DECIBEL (db) – Medida relativa do ruído ou do som em referência a um padrão, na forma da expressão em 10 vezes o logaritmo decimal da relação de intensidade, tomando um padrão de referência – Unidade de fisica relativa ao som.

XI - NÍVEL EQUIVALENTE: (LEQ) – Nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-^a

XII – ÁREA DE SILÊNCIO – Aquela que para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. A faixa é determinada por um raio de 300m de distância de hospitais, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares.

XIII - LIMITE REAL DA PROPRIEDADE - Aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra.

XIV – SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL – qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura.

XV – CENTRAIS DE SERVIÇOS - Canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil.

XVI – VIBRAÇÃO MOVIMENTO OSCILATÓRIO – Transmitido pelo solo ou por uma estrutura qualquer.

§3º Para fins de aplicação desta Lei, ficam definidos os seguintes horários:

DIURNO: compreendido entre as 07:00h e 18:00h
VESPERTINO: compreendido entre as 18:00h e 22:00h
NOTURNO: compreendido entre as 22:00h e 07:00h

Art. 2º Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as recomendações das normas NBR 10.151 e NBR 10.152, da ABNT – Associação Brasileira das Normas Técnicas, ou as que as sucederem.

Art. 3º A autorização para uso ou detonação de explosivos ou similares e a utilização de serviços de alto falantes, festas e outras fontes de emissão sonora, nos horários diurnos, vespertinos e noturnos, como meio de propaganda publicitária e diversão, dependem dos órgãos competentes dos governos municipais.

Art. 4º A emissão de ruídos produzidos por atividades comerciais e industriais de qualquer espécie, prestação de serviços, inclusive de propaganda, bem como religiosas, sociais e recreativas ou outros que possam produzir distúrbios sonoros em unidades residenciais ou áreas de silêncio, deverão atender aos limites máximos permissíveis de ruídos, de acordo com a tabela disposta no Art. 15.

§1º Em nível de som, a partir do gerador da poluição sonora, medida a 5m (cinco metros) de qualquer divisa do imóvel, ou medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não pode exceder os níveis fixados na tabela do Art. 15.

§2º Fica terminantemente proibido aos veículos automotores de quaisquer tipos ou espécie a utilização de caixas de som que produzam ruídos que ultrapassem os níveis fixados na tabela do Art. 15.

Art. 5º Quando o nível de ruídos proveniente de tráfego de veículos, medido dentro dos limites reais de propriedade onde se dá o suposto incômodo, ultrapassar os níveis fixados na tabela do Art. 15, caberá ao governo municipal através de seu órgão competente, articular-se com outras instituições, visando a adoção de medidas para eliminação ou minimização dos distúrbios sonoros.

Art. 6º O nível de som provocado por máquina e aparelhos utilizados nos serviços de construção civil, devidamente licenciados, deverão atender aos limites máximos estabelecidos de acordo com a tabela do Art. 15.

Parágrafo único. Excetuum-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigos iminentes à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, gás, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 7º Não se compreendem nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

a) Por sinais de Igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam só e exclusivamente para indicar as horas ou anunciar realizações de atos ou cultos religiosos;

b) Por fanfarras ou bandas de música em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

c) Por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora, utilizada por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais, e em comemorações realizadas em estádios de futebol, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior a 15 (quinze) minutos;

d) Por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonadas no período diurno e previamente licenciados pelo órgão competente;

e) Por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior a 15 (quinze) minutos;

Art. 8º As aferições aludidas na presente Lei deverão ser efetuadas na área mais próxima possível do local da fonte poluidora, para que se obtenha o máximo de exatidão quanto a intensidade dos níveis de ruídos alcançados.

Art. 9º Cabe ao poder executivo estadual, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, executar o que estabelece a resolução CONAMA Nº 002, DE 08 DE MARÇO DE 1990, Publicada no DOU, de 02/04/90, instituindo em caráter estadual o programa de educação e controle da poluição sonora.

Art. 10. Considera-se infração ao disposto na presente Lei, a desobediência ou inobservância dos limites estabelecidos na tabela do Art. 15, sujeitando o infrator às seguintes penalidades, que serão aplicadas de forma isolada ou concomitantemente.

I – multa, que varie de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) a R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

II - interdição da atividade, fechamento do estabelecimento, embargo da obra, apreensão da fonte ou do veículo.

Art. 11. Caberá ao Poder Público Municipal a fiscalização e cumprimento da presente Lei.

Parágrafo único. Na ausência fiscalizatória da municipalidade, ficam autorizados a fazê-la as autoridades estaduais indicadas em decreto do Poder Executivo, competindo-lhes as mesmas atribuições para imputar as penalidades necessárias.

Art. 12. Caberá ao órgão municipal competente, a dosagem das penalidades elencadas no Art. 10, graduando-se segundo critérios de gravidade e reincidência, que será regulamentado através de Decreto Municipal.

Parágrafo único. Na ausência da regulamentação de que trata o "caput" deste artigo, o valor previsto para a multa será, de forma geral, de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 13. Os recursos provenientes das multas serão destinados aos Poderes executores da ação, sejam no âmbito municipal ou estadual.

Art. 14. As medições dos níveis de som serão efetuadas através de decibelímetros.

Art. 15. Para aplicação dos níveis máximos aceitáveis de ruídos de acordo com o tipo de área e períodos do dia, do que trata os artigos 4º, 5º, 6º e 11, desta Lei, aplicar-se-á a seguinte tabela:

Tipo de área	Período do dia		
	Diurno	Vespertino	Noturno
Residencial	65dBA	60dBA	50dBA
Diversificada	75dBA	65dBA	60dBA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SISTEMA HABITACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco nos termos do Art. 103, inciso III do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados: Antônio Moraes (PSDB), Sílvio Costa (PMN), Tereza Leitão (PT), Carla Lapa (PSB), Henrique Queiroz (PP), Roberto Liberato (PFL), Betinho Gomes (PPS), José Queriroz (PDT), Membros Titulares, e, os Suplentes, Manoel Ferreira (PFL), Roberto Leandro (PT), João Fernando Coutinho (PSB), Raimundo Pimentel (PSDB), Ceça Ribeiro, Pastor Cleiton Collins (PSC), Jacilda Urquisa (PMDB), Augusto Coutinho (PFL). Para reunião de entrega do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Habitacional a ser realizada, no dia 14 de outubro, sexta-feira, às 10:00h, no Plenarinho II do 5º andar do anexo I desta Casa Legislativa.

DEPUTADO ALF PRESIDENTE

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 28 de abril de 2005.

ROMÁRIO DIAS

Presidente

REPUBLICADA

Atos

ATO Nº 538

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o que foi decidido por unanimidade pela Mesa Diretora, na reunião realizada no dia 11 de outubro de 2005, **RESOLVE:** Constituir uma Comissão de Avaliação de Documentos composta por representantes indicados pela: Superintendência Geral; Assistência Legislativa; Superintendência de Recursos Humanos; Superintendência Administrativa; Procuradoria Geral e Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, sob a presidência da Gerente desta última, com a finalidade de elaborar tabelas de temporalidade dos documentos mantidos nos arquivos desta Assembléia Legislativa de Pernambuco e proceder o descarte de documentos rotineiros cujos valores não importam na garantia de direitos e da memória histórica.

Sala Torres Galvão, 11 de outubro de 2005

Deputado ROMÁRIO DIAS

Presidente

ATO Nº 539

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 149994/2005, do Deputado Nelson Pereira, **RESOLVE:** exonerar VÂNIA MARTHA PORTELA FERREIRA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, retroagindo a 1º de outubro do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.247/03.

Sala Torres Galvão, 11 de outubro de 2005.

Deputado ROMÁRIO DIAS

Presidente

ATO Nº 540

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 086/2005, da Deputada Ana Rodovalho, **RESOLVE:** exonerar JOSÉ REGINALDO CARVALHO DA SILVA, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, retroagindo a 1º de outubro do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.247/03.

Sala Torres Galvão, 11 de outubro de 2005.

Deputado ROMÁRIO DIAS

Presidente

Ata

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados Ettore Labanca e Augusto César.

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Aurora Cristina, Ceça Ribeiro, Claudiano Martins, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Fernando Lupa, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Nelson Pereira, Raimundo Pimentel, Roberto Leandro, Sebastião Oliveira Júnior, Sérgio Leite e Sílvio Costa. Justificaram suas ausências os Deputados: Ana Rodovalho, Augusto Coutinho, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Carla Lapa, Ciro Coelho, Geraldo Coelho, João Negromonte, Mavial Cavalcanti, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Rufino, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários os Deputados Guilherme Uchôa e Ana Cavalcanti. Lidas são aprovadas as atas das reuniões anteriores. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro Secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Fernando Lupa para comentar visita que fez ao município de Surubim onde participou do evento da pedra fundamental da construção de um hospital no citado município. Finalizando, enaltece a pessoa do prefeito da cidade de Surubim. Com a palavra a Deputada Ana Cavalcanti que inicialmente vem registrar com satisfação a recente inauguração da emergência oftalmológica da Fundação Altino Ventura. Ao final, comenta sua participação juntamente com outras deputadas no Primeiro Fórum Internacional da Mulher Parlamentar, que ocorreu na semana passada na cidade do Rio de Janeiro. Logo após, usa da tribuna o Deputado Izaías Régis para em breves palavras informar que ocorrerá brevemente no município de Garanhuns o Primeiro Festival de Música e Artes do citado município. Concluindo, destaca a qualidade dos artistas que se inscreveram para o referido festival. Segue-se com a palavra o Deputado Roberto Leandro que vem repercutir encontro realizado na cidade de Brasília entre o Senhor João Paulo e o Ministro da Defesa José Alencar, oportunidade em que o Prefeito do Recife foi reivindicar a construção de um parque na Avenida Boa Viagem com aquela autoridade, o qual aceitou a proposta de imediato. Em seguida, ocupa a tribuna o Deputado José Queiroz para registrar com grande satisfação os quarenta anos da Câmara de Dirigentes Lojistas do município de Caruaru. Ao final, elogia a eficiência dos trabalhos realizados pela referida câmara em prol dos caruaruenses. Por último, com a palavra o Deputado Henrique Queiroz que vem registrar com alegria a Décima Nona Feira do Bordado Manual do município de Passira. Finalizando, discorre acerca do sucesso que foi a feira na parte econômica e social com a participação de diversas autoridades. Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo Ordem do Dia a ser votada, o Senhor Presidente passa ao Grande Expediente. Anunciado o Grande Expediente, usa da tribuna o Deputado Isaltino Nascimento para em longo pronunciamento comentar visita que fez hoje pela manhã ao Hospital da Restauração, onde pôde verificar que a partir de amanhã a referida unidade hospitalar não prestará mais atendimento médico na área oftalmológica à população pernambucana. Ao final critica tal medida, pois o Estado tem obrigação constitucional em atender sua população e não transferi-la para a Fundação Altino Ventura. O orador foi aparteado: contrariamente pelo Deputado Sebastião Oliveira Júnior; (assume a Presidência o Deputado Augusto César); favoravelmente pelo Deputado Roberto Leandro; e contrariamente pelo Deputado Henrique Queiroz. (Reassume a Presidência o Deputado Ettore Labanca). Finalmente usa da palavra o Deputado Alf, último orador inscrito, que em sua oratória vem criticar de forma veemente a administração municipal da Senhora Luciana Santos apontando diversas irregularidades ocorridas no município de Olinda, trazendo com isso sérios prejuízos financeiros à sua população. O orador foi aparteado contrariamente pelo Deputado Nelson Pereira. Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 4668/2005 a 4670/2005 de autoria dos Deputados: Alf e Betinho Gomes e, os Requerimentos nºs 3382/2005 a 3395/2005 da lavra dos Deputados: Bruno Rodrigues, Alf, Sebastião Rufino, Nelson Pereira, Carla Lapa, Antônio Moraes, Raimundo Pimentel, Betinho Gomes, José Queiroz, Ettore Labanca, Ana Rodovalho e Fernando Lupa, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo Deputado Raimundo Pimentel, voto de aplauso ao Serviço Oftalmológico de Pernambuco pelo transcurso do seu décimo quinto aniversário de fundação, que ocorrerá no dia doze do mês em curso. Pelo Deputado Antônio Moraes, requerimento solicitando que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo “Paulo Viégas: Livre e Independente”, de autoria do jornalista Fernando Veloso, publicado no dia trinta de setembro do ano em curso. Pela Deputada Carla Lapa, votos de aplausos: ao Doutor Marcos Vinícios Vilaça pelo lançamento do livro “Da arca sacra”, ocorrido no dia sete do mês em curso; ao escritor Lucas Figueiredo pelo lançamento do livro “Ministério do Silêncio - História do Serviço Secreto Brasileiro: de Washington Luís a Lula 1927-2005”, ocorrido no dia vinte e oito de setembro do corrente ano; e à União dos Vereadores do Estado de Pernambuco pela realização do Segundo Congresso Estadual de Vereadores e Assessoras de Prefeituras e Câmaras Municipais de

Pernambuco, realizado nos dias trinta de setembro e primeiro de outubro do corrente ano, em Caruaru. Pelo Deputado Nelson Pereira, requerimento solicitando que sejam transcritos nos Anais desta Casa os artigos: “Quem abandonou o PNE” e “Um olhar sobre as metas do PNE”, de autoria da Deputada Estadual Teresa Leitão, publicados no Jornal do Commercio, datados de seis e oito de setembro do ano em curso. Pelo Deputado Sebastião Rufino, requerimento solicitando que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo “Refinaria”, de autoria do Senador Marco Maciel, datado de sete de outubro de dois mil e cinco. Pelo Deputado Alf, duas proposições: a primeira, apelo ao Senhor Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento, no sentido de viabilizar o reparo da caixa de esgoto localizado no cruzamento das Ruas Antonieta Guimarães com João Alexandre de Carvalho, em Jardim Atlântico, no município de Olinda; e a segunda, voto de aplauso ao Delegado Titular da Delegacia de Polícia do município de Paulista pela sua brilhante atuação na vigésima oitava Circunscrição do referido município. Pelo Deputado Bruno Rodrigues, voto de pesar pelo falecimento de André Gustavo Glasner. Pelo Deputado Betinho Gomes, três proposições: a primeira e segunda, apelos aos Senhores: Secretário de Infra-estrutura e ao Presidente da Companhia Energética de Pernambuco no sentido de providenciarem a eletrificação rural nos Sítios: Mosquito, Boto, Pirituba, Várzea Grande e Boa Sorte e no Engenho Pinheiral, nos municípios de Vitória de Santo Antão e Cortês; e a terceira, voto de aplauso à Paróquia Nossa Senhora da Piedade, pela realização da Feira da Família. Pelo Deputado Ettore Labanca, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hélio da Costa Pitanga, ocorrido no dia nove de setembro de dois mil e cinco. Pelo Deputado Fernando Lupa, voto de aplauso ao estudante Sedrik Alan da Silva, do município de Altinho, por ter sido selecionado para o Programa Jovens Embaixadores dos Estados Unidos da América; e pela Deputada Ana Rodovalho, voto de aplauso ao Delegado Titular da Delegacia de Repressão ao Roubo pelo seu trabalho protegendo e dando segurança à sociedade. (Os Projetos de Lei nºs 1092/2005 e 1093/2005 oriundos do Poder Executivo foram despachados no Expediente da presente reunião, onde constam os respectivos resumos e os encaminhamentos). Faltaram à presente reunião os Deputados: João Fernando Coutinho, Pastor Cleiton Collins e Pedro Eurico. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora regimental.

CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2005.

EXPEDIENTE

PROPOSTA Nº 10 - DA MESA DIRETORA submetendo ao plenário Projeto de Resolução nº 1094, que revoga a Resolução nº 199, de 31 de agosto de 1999. Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

PROPOSTA Nº 11 - DA MESA DIRETORA submetendo ao plenário Projeto de Resolução nº 1095, que altera o caput e as alíneas “p” e “q” do artigo 5º da Resolução nº 487, de 22 de novembro de 2000. À 1ª Comissão.

PARECER Nº 5460 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO opinando favorável ao Projeto nº 925. A Imprimir.

PARECER Nº 5461 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto nº 1050. A Imprimir.

PARECER Nº 5462 - DA MESA DIRETORA opinando favorável ao Projeto nº 1060. A Imprimir.

PARECER Nº 5463 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto nº 866. A Imprimir.

PARECERES NºS 5464 E 5465 - DA MESA DIRETORA opinando contrário aos Projetos nºs 761 e 762. A Imprimir.

OFÍCIO Nº 442 - DO GOVERNADOR DO ESTADO prestando esclarecimento acerca do requerimento nº 3188, do Deputado Guilherme Uchoa. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 430 - DO GOVERNADOR DO ESTADO comunicando, nos termos do artigo 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento Fiscal do Estado do presente exercício de 2005, através do Decreto nº 28.413, de 28 de setembro de 2005. À 2ª Comissão.

OFÍCIO Nº 23 - DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS CORRENTES enviando cópia da indicação nº 37, da Vereadora Marina Tenório de Albuquerque de Lima. Inteirada.

OFÍCIOS NºS 1402, 1403, 1404 E 1405 - DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE prestando esclarecimento acerca das indicações nºs 4497, 4500, 4498 e 4501, do Deputado Pastor Cleiton Collins. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 108 - DA LÍDER DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO indicando a Deputada Aurora Cristina para Vice-líder do PMDB, em substituição ao Deputado Marcantônio Dourado. À Publicação.

COMUNICADO Nº 687 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. À 2ª Comissão.

CARTA Nº 749 - DO DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS prestando esclarecimento acerca da indicação nº 3131, do Deputado Isaltino Nascimento. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

CT/COMPESA Nº 434 - DO CHEFE DE GABINETE DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO prestando esclarecimento acerca da indicação nº 3763, da Deputada Dilma Lins. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO solicitando dispensa na reunião plenária do dia 11 de outubro de 2005. À Publicação.

Ofício

Ofício nº 108/2005

Recife, 10 de outubro de 2005.

Senhor Presidente,

Através do presente, na condição de líder do PMDB nesta Casa, indico na forma regimental, a Deputada Aurora Cristina, para Vice-líder do PMDB, (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em substituição ao Deputado Marcantônio Dourado, que se desligou do partido.

JACILDA URQUISA
Deputada Estadual
Líder do PMDB

Exmo. Sr.
Deputado ROMÁRIO DIAS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Solicitação de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 11 de outubro de 2005 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a São Paulo.

Recife, 11 de outubro de 2005.

Deputado Augusto Coutinho

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 11/10/2005

Deputado João Negromonte
1º Secretário no exercício da Presidência

Projeto

Projeto de Resolução Nº 1096/2005

Concessão de Título Honorífico de “Cidadão do Estado de Pernambuco”

Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco ao Padre Gabriel (Adrianus Gerardus Maria Hofstede)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão de Pernambuco ao Padre Gabriel (Adrianus Gerardus Maria Hofstede).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

O padre Gabriel nasceu em 09 de abril de 1933, em Schipluiden na Holanda, sendo batizado com o seguinte nome: Adrianus Gerardus Maria Hofstede. Filho de Arnaldo Hofstede e Cornélia Van Wijk. Carteira de identidade nº NO24138G SEIDPMAFDPF e CPF nº 038.770.074-34.

Veio para o Brasil em 1955, ordenando-se padre em 02 de fevereiro de 1959 na Igreja da Glória, em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

Ao chegar ao Recife em 1960, teve a 1ª experiência pastoral, servindo na Paróquia da Estrada dos Remédio e no Seminário Cristo Rei em Camaragibe. No fim de 1960 voltou para Holanda e entrou no curso de licenciatura em Teologia Dogmática na Universidade Católica de Nijmegen. Terminou o curso em 1962 e foi para Roma cursar a Academia Alfonsiana.

Em 1965 voltou para o Recife e foi logo entrar na ação missionária em Campina Grande, depois trabalhou em Afogados da Ingazeira/PE. Nesse período lecionou no Seminário Cristo Rei em Camaragibe e no Instituto de Teologia para Seculares e Religiosos-ITER.

No ano de 1967 trabalhou com Padre Frederico na Paróquia da Madalena, onde começou com a missa da juventude, acompanhada com violões e sanfona, que atraiu muita gente. Levou a experiência para as paróquias da Torre, Casa Forte e Boa Viagem, e os jovens músicos daquele tempo o acompanharam. Nesse mesmo ano iniciou um trabalho no Colégio São Luiz, dos Irmãos Maristas, como capelão.

De 1969/1970 foi nomeado Vigário da Madalena. Em 1971 foi eleito Vice-Provincial, sendo reeleito sucessivamente em 1975 e 1978. Nessa época teve muito contato com Dom Hélder, de quem aprendeu muita coisa. Dom Hélder o chamava de “meu provincial”. Em 1981 deixou o Vice-Provincialato e procurou servir em ambiente mais necessitado, assumindo a Paróquia da Estância.

Em 1983 foi com uma Equipe Missionária trabalhar no Cariri Paraibano, no município de Monteiro. Em 1987 foi reeleito Vice-Provincial, mas continuou na Paraiba. Voltou para o Recife em 1990, ocupando o cargo de Vice-Provincial até 1996. Depois foi ser pároco na cidade de Campina Grande/PB até 1996, sendo transferido para Garanhuns em 2000 onde continua até hoje.

Em Garanhuns ele vem realizando um excelente trabalho com os jovens e com as comunidades mais carentes. Sempre acolheu os mais necessitados.

O Padre Gabriel chegou ao Brasil há 50 anos e fazem 45 anos que vêm prestando relevantes serviços religiosos no estado de Pernambuco. O Padre Gabriel é um holandês com coração pernambucano que merece receber o Título de Cidadão Pernambucano.

Peço a meus pares que aprovelem essa proposição para fazer essa justa homenagem ao Padre Gabriel.

Sala das Reuniões, em 13 de setembro de 2005.

Izaías Régis
Deputado

Adelmo Duarte, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Ceça Ribeiro, Claudiano Martins, Dilma Lins, Ettore Labanca, Fernando Lupa, Guilherme Uchoa, Henrique Queiroz, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, José Queiroz, Lourival Simões, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Nelson Pereira, Raimundo Pimentel, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa, Soldado Moisés.

À 1ª Comissão.

Propostas

Proposta nº 10

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições na forma do previsto no art. 56, XII, do Regimento Interno, submete ao Plenário:

Justificativa

O projeto ora apresentado visa adequar a Assembléia Legislativa aos moldes atuais no que tange a uma gestão administrativa moderna e eficaz, dentro da tendência atual em que as organizações públicas precisam buscar a melhoria continua dos seus processos.

Projeto de Resolução Nº 1094/2005

Todo e qualquer assunto de sua economia intrena que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo

Ementa: Revoga a Resolução nº 199, de 31 de agosto de 1993.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as disposições da Resolução nº 199, de 31 de agosto de 1993 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2006, cabendo a Ato da Mesa Diretora regulamentar a utilização dos recursos a que se refere a Resolução nº 199, de 31 de resolução de 1993.

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005.

Mesa Diretora

Deputado Romário Dias - Presidente
Deputado Ettore Labanca - 1º Vice - Presidente
Deputado Raimundo Pimentel - 2º Vice - Presidente
Deputado João Negromonte - 1º Secretário
Deputado Guilherme Uchoa - 2º Secretário
Deputado Sérgio Leite - 3º Secretário
Deputada Carla Lapa - 4º Secretário

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Proposta nº 11

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições na forma do previsto no art. 56, XII, do Regimento Interno, submete ao Plenário:

Justificativa

A presente proposta visa a adequar a Resolução nº 487, de 22/11/2000, que altera a instituição do Troféu Leão do Norte, à nova estrutura administrativa desta Assembléia Legislativa, alterada pela Lei nº 12.776 de 23/03/2005.

Projeto de Resolução Nº 1095/2005

Qualquer matéria de natureza regimental

Ementa: Altera o caput e as alíneas “p” e “q” do artigo 5º da Resolução nº 487, de 22 de novembro de 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º O caput e as alíneas “p” e “q” do artigo 5º da Resolução nº 487, de 22 de novembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O julgamento do prêmio “Troféu Leão do Norte” caberá a uma Comissão Especial formada pelo Superintendente Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, que a presidirá, e por um representante de cada uma das entidades neste artigo elencadas:

a).....
.....
.....
.....

p) Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco;

q) Assistência Legislativa da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco;

r)

s)

Art. 2º A Presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005.

Mesa Diretora

Deputado Romário Dias - Presidente
Deputado Ettore Labanca - 1º Vice - Presidente
Deputado Raimundo Pimentel - 2º Vice - Presidente
Deputado João Negromonte - 1º Secretário
Deputado Guilherme Uchoa - 2º Secretário
Deputado Sérgio Leite - 3º Secretário
Deputada Carla Lapa - 4º Secretário

À 1ª Comissão.

Pareceres de Comissões

Parecer Nº 4862/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 332/2003, já aprovado com suas respectivas Emendas, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre ruídos urbanos, poluição sonora e proteção do bem-estar e do sossego público e dá outras providências.

Art. 1º É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer meio ou forma que contrariem os níveis máximos de intensidade auditiva, fixados por Lei.

§ 1º Serão considerados prejudiciais, os ruídos que ocasionem ou possam ocasionar danos materiais à saúde e ao bem estar público.

§ 2º Para efeitos dessa Lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I – MEIO AMBIENTE – Conjunto de condições que afetam a existência, desenvolvimento e bem estar dos seres vivos. Não se trata, pois, apenas de um lugar no espaço, mas de todas as condições físicas, químicas e biológicas que favorecem ou desfavorecem o desenvolvimento.

II – SOM – é uma das várias frequências sonoras que ocupam uma ou várias partes específicas do espectro de frequências auditíveis.

III – POLUIÇÃO SONORA – toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nessa Lei.

IV – RUÍDO – qualquer som indesejável ou sem qualidade ou uma mistura de sons ocupando uniformemente toda a gama de frequências auditivas que causem perturbações ao sossego público ou produzam efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

V – RUÍDO IMPULSIVO: som de curta duração com início inesperado e parada repentina.

VI – RUÍDO CONTÍNUO - Aquele com movimento ondulatório de nível de pressão acústica pequena, que pode ser desprezada dentro do período de observação.

VII – RUÍDO INTERMITENTE - É aquele cujo nível de pressão acústica cai de forma inesperada ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação.

VIII – RUÍDO DE FUNDO – Todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto de medição.

IX – DISTÚRBIOS SONOROS e DISTÚRBIOS POR VIBRAÇÕES – significa qualquer ruído ou vibração que ponha em perigo ou prejudique a saúde de seres humanos ou animais, além de causar danos, de qualquer natureza, às propriedades públicas ou privadas, possa ser considerado como incômodo ou que ultrapasse os níveis fixados nesta lei.

X – DECIBEL (db) – Medida relativa do ruído ou do som em referência a um padrão, na forma da expressão em 10 vezes o logaritmo decimal da relação de intensidade, tomando um padrão de referência – Unidade de física relativa ao som.

XI - NÍVEL EQUIVALENTE: (LEQ) – Nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-³

XII – ÁREA DE SILÊNCIO – Aquela que para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. A faixa é determinada por um raio de 300m de distância de hospitais, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares.

XIII - LIMITE REAL DA PROPRIEDADE - Aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra.

XIV – SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL – qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura.

XV – CENTRAIS DE SERVIÇOS - Canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil.

XVI – VIBRAÇÃO MOVIMENTO OSCILATÓRIO – Transmitido pelo solo ou por uma estrutura qualquer.

§ 3º Para fins de aplicação desta Lei, ficam definidos os seguintes horários:

DIURNO: compreendido entre as 07:00h e 18:00h
VESPERTINO: compreendido entre as 18:00h e 22:00h
NOTURNO: compreendido entre as 22:00h e 07:00h

Art. 2º Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as recomendações das normas NBR 10.151 e NBR 10.152, da ABNT – Associação Brasileira das Normas Técnicas, ou as que as sucederem.

Art. 3º A autorização para uso ou detonação de explosivos ou similares e a utilização de serviços de alto falantes, festas e outras fontes de emissão sonora, nos horários diurnos, vespertinos e noturnos, como meio de propaganda publicitária e diversos, dependem dos órgãos competentes dos governos municipais.

Art. 4º A emissão de ruídos produzidos por atividades comerciais e industriais de qualquer espécie, prestação de serviços, inclusive de propaganda, bem como religiosas, sociais e recreativas ou outros que possam produzir distúrbios sonoros em unidades residenciais ou áreas de silêncio, deverão atender aos limites máximos permissíveis de ruídos, de acordo com a tabela disposta no Art. 15.

§ 1º Em nível de som, a partir do gerador da poluição sonora, medida a 5m (cinco metros) de qualquer divisa do imóvel, ou medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não pode exceder os níveis fixados na tabela do Art. 15.

§ 2º Fica terminantemente proibido aos veículos automotores de quaisquer tipos ou espécie a utilização de caixas de som que produzam ruídos que ultrapassem os níveis fixados na tabela do Art. 15.

Art. 5º Quando o nível de ruídos proveniente de tráfego de veículos, medido dentro dos limites reais de propriedade onde se dá o suposto incômodo, ultrapassar os níveis fixados na tabela do Art. 15, caberá ao governo municipal através de seu órgão competente, articular-se com outras instituições, visando a adoção de medidas para eliminação ou minimização dos distúrbios sonoros.

Art. 6º O nível de som provocado por máquina e aparelhos utilizados nos serviços de construção civil, devidamente licenciados, deverão atender aos limites máximos estabelecidos de acordo com a tabela do Art. 15.

Parágrafo único. Excetuum-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigos iminentes à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, gás, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 7º Não se compreendem nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

a) Por sinais de Igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam só e exclusivamente para indicar as horas ou anunciar realizações de atos ou cultos religiosos;

b) Por fanfarras ou bandas de música em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

c) Por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora, utilizada por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais, e em comemorações realizadas em estádios de futebol, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior a 15 (quinze) minutos;

d) Por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonadas no período diurno e previamente licenciados pelo órgão competente;

e) Por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior a 15 (quinze) minutos;

Art. 8º As aferições aludidas na presente Lei deverão ser efetuadas na área mais próxima possível do local da fonte poluidora, para que se obtenha o máximo de exatidão quanto a intensidade dos níveis de ruídos alcançados.

Art. 9º Cabe ao poder executivo estadual, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, executar o que estabelece a resolução CONAMA Nº 002, DE 08 DE MARÇO DE 1990, Publicada no DOU, de 02/04/90, instituindo em caráter estadual o programa de educação e controle da poluição sonora.

Art. 10. Considera-se infração ao disposto na presente Lei, a desobediência ou inobservância dos limites estabelecidos na tabela do Art. 15, sujeitando o infrator às seguintes penalidades, que serão aplicadas de forma isolada ou concorrentemente.

I – multa, que varie de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) a R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

II - interdição da atividade, fechamento do estabelecimento, embargo da obra, apreensão da fonte ou do veículo.

Art. 11. Caberá ao Poder Público Municipal a fiscalização e cumprimento da presente Lei.

Parágrafo único. Na ausência fiscalizatória da municipalidade, ficam autorizados a fazê-la as autoridades estaduais indicadas em decreto do Poder Executivo, competindo-lhes as mesmas atribuições para imputar as penalidades necessárias.

Art. 12. Caberá ao órgão municipal competente, a dosagem das penalidades elencadas no Art. 10, graduando-se segundo critérios de gravidade e reincidência, que será regulamentado através de Decreto Municipal.

Parágrafo único. Na ausência da regulamentação de que trata o “caput” deste artigo, o valor previsto para a multa será, de forma geral, de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 13. Os recursos provenientes das multas serão destinados aos Poderes executores da ação, sejam no âmbito municipal ou estadual.

Art. 14. As medições dos níveis de som serão efetuadas através de decibelímetros.

Art. 15. Para aplicação dos níveis máximos aceitáveis de ruídos de acordo com o tipo de área e períodos do dia, do que trata os artigos 4º, 5º, 6º e 11, desta Lei, aplicar-se-á a seguinte tabela:

Tipo de áreaPeríodo do dia
Diurno
Vespertino
Noturno
Residencial65dB
A 60dB
A50dB
A
Diversificada75dB
A 65dB
A60dB
A

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacilda Urquisa Deputada	Jacilda Urquisa Deputada
Sala da Comissão de Redação de Leis, em 13 de abril de 2005.	
Presidente: Claudiano Martins. Relator : Jacilda Urquisa. Favoráveis os (2) deputados: Manoel Ferreira, Sebastião Rufino	
REPUBLICADO	

Parecer N° 5462/2005

Projeto de Resolução nº **1060/2005**
Autor: *Deputado Romário Dias*

Ementa: Concede Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, ao Jornal Diário de Pernambuco.

1. Histórico

Distribuído à Mesa Diretora para emissão do competente Parecer Legislativo, fui designado como Relator da matéria pelo Senhor Presidente, Deputado Romário Dias.

1. Parecer do Relator

O presente Projeto de Resolução, ora em apreciação, visa a conceder a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, ao jornal Diário de Pernambuco, pelos seus 180 anos de fundação.

1. Parecer do Relator

O presente Projeto de Resolução, ora em apreciação, visa a conceder a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, ao jornal Diário de Pemambuco, pelos seus 180 anos de fundação.

Salientamos que é o jornal mais antigo de toda a América Latina. Desde que foi fundado, em 7 de novembro de 1825, procurou sempre a atualização tecnológica de seus equipamentos, tornando sua produção diária de exemplares cada vez mais eficiente. Hoje, é detentor de um dos mais avançados parques gráficos do País. Ele também possui outro título importante: é ser a mais antiga publicação do mundo editada em língua portuguesa. É nítido que o seu trabalho visa ao fortalecimento de vários segmentos do nosso Estado, como a economia, a política, os esportes e a cultura, além de lutar pelos interesses de toda região nordestina. É um jornal de expressão nacional, com circulação em outros Estados do Nordeste e com pontos de venda no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Concluindo, afirmamos que a iniciativa do Senhor Deputado Romário Dias é louvável pois o citado jornal possui um bom histórico, com serviços prestados ao nosso povo, principalmente através da divulgação de informações com qualidade e isenção, ajudando no desenvolvimento da nossa cidadania. Por isso, opino pelo **deferimento** desta proposição.

Ettore Labanca 1º Vice-Presidente	
Tendo em vista as considerações contidas no PARECER DO RELATOR, que opina , favoravelmente, pela sua APROVAÇÃO, em todo seu teor, os membros desta Mesa Diretora, acolhem o aludido Parecer, ficando assim justificado o presente Projeto de Resolução nº 1060/2005, do Deputado Romário Dias.	
Mesa Diretora, em 11 de outubro de 2005.	

Presidente: Romário Dias.
Relator : Ettore Labanca.
Favoráveis os (6) deputados: Carla Lapa, Guilherme Uchôa, João Negromonte, Raimundo Pimentel, Romário Dias, Sérgio Leite.

Parecer N° 5463/2005

Projeto de Resolução nº **866/2005**
Autor: Deputado Pedro Eurico

EMENTA: CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO DO ESTADO DE PERNAMBU- CO AO RELIGIOSO DOM IRINEU ROQUE SCHERER. ATENDIDOS OS PRESSU- POSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 866/2005, de autoria do Deputado Pedro Eurico, que visa conceder o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Pernambuco ao religioso DOM IRINEU ROQUE SCHERER.

2. Parecer do Relator

A presente proposição se baseia no autorizativo do art. 185, *caput* e inciso VII, do Regimento Interno deste Poder Legislativo. Apresentado breve apanhado histórico da vida do agraciado pelo título mencionado, bem como o apoioamento necessário, nos termos do art. 181, “j”, do Regimento Interno, não há óbice legal à aprovação da proposição legislativa. Por outro lado, conforme deliberação do Pleno deste Colegiado Técnico, na reunião do dia 23 de setembro de 2003, os Projetos de Resolução que visam conceder Título de Cidadão de Pernambuco serão precedidos de consulta prévia dos antecedentes criminais do agraciado. Antecedentes, estes, emitidos pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça Militar da União, Tribunal Regional Eleitoral, Polícia Federal e Instituto de Identificação Tavares BuriI – IITB. O agraciado, conforme consta das certiðões em anexo, não apresenta nenhuma restrição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 866/2005, de autoria do Deputado Pedro Eurico.

Jacilda Urquisa Deputada	Jacilda Urquisa Deputada
3. Conclusão da Comissão	
Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 866/2005, de autoria do Deputado Pedro Eurico.	
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 11 de outubro de 2005.	
Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Jacilda Urquisa. Favoráveis os (8) deputados: Adelmo Duarte, Alf, Aurora Cristina, Isaltino Nascimento, José Queiroz, Pedro Eurico, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior.	

Parecer N° 5464/2005

Relativo à proposição:
Projeto de Resolução. Nº 761/2004

Tendo em vista o projeto de Resolução nº 761/2004 de 15 de abril, de autoria do deputado Isaltino Nascimento, que dispõe sobre a instituição do Parlamento Jovem, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado Pernambuco, venho manifestar-me, *data venia*, contrário pelas razões que passo a expor: Preliminarmente, esta Casa do Legislativo Estadual já dispõe, através da Escola do Legislativo, de mecanismos pedagógicos, objetivando capacitar e aprimorar não apenas os servidores desta Casa, como atrair estudantes, universitários e não universitários, à conviver com o parlamento, vivenciando o seu dia-a-dia, promovendo cursos, palestras pertinentes a questões de interesses comuns, cuida, paralelamente, de ministrar cursos de 1º e 2º graus, em parceria com a Fundação Roberto Marinho (Telecurso 2000), além de oferecer Aula de Cidadania para os alunos das escolas públicas e particulares, através do Cerimonial, a quem compete mostrar o funcionamento da ALEPE, na sua diversidade, como o Plenário, Imprensa, e setores de apoio logístico, por meio dos técnicos desta Casa. Acima disso, o parlamento estadual já é bem representado pela ala jovem, através dos deputados Betinho Gomes, Carla Lapa, Soldado Moisés, João Fernando Coutinho e outros, o que dispensa a criação do Parlamento Jovem, posto que estes parlamentares podem passar aos estudantes as suas experiências legislativas. A diplomação de 49 deputados-estudantes, prevista na Resolução em tela, contraria frontalmente o Regimento Interno desta Casa e a Constituição do Estado de Pernambuco, que não autorizam, em hipótese alguma, a diplomação, juramento e posse de ninguém, além do preconiza a norma que rege a espécie, o que suscitaria, no caso vertente, dúvidas e questionamento pelo público.

Guilherme Uchôa 2º Secretário	
--	--

Em face das alegações acima narradas **manifesto-me contrário** ao Projeto de Resolução nº 761/2004 de autoria do deputado estadual Isaltino Nascimento.

É O MEU VOTO.

Mesa Diretora, em 11 de outubro de 2005.
Presidente: Romário Dias. Relator : Guilherme Uchôa. Favoráveis os (6) deputados: Carla Lapa, Ettore Labanca, João Negromonte, Raimundo Pimentel, Romário Dias, Sérgio Leite.

Parecer N° 5465/2005

Relativo à proposição :
Projeto de Resolução Nº 762/2004

Tendo em vista o projeto de Resolução nº 762/2004 de 17 de maio, de autoria do deputado Betinho Gomes, que dispõe sobre a criação do Programa Cidadania, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado Pernambuco e dá outras providências, venho manifestar-me, *data venia*, contrário pelas razões que passo a expor:

É que esta Casa do Legisltivo Estadual já dispõe, através do Cerimonial, de mecanismos pedagógicos, oferecer Aula de Cidadania para os alunos das escolas públicas e particulares, a quem compete mostrar o funcionamento da Assembléia Legislativa de Pernambuco, na sua diversidade, como o Plenário, Imprensa, e setores de apoio logístico, por meio dos técnicos desta Casa. Além do mais, o departamento de Cerimonial da ALEPE, a qual compete coordenar as atividades pertinentes da Casa, já se encontra inserido em norma específica, não justificando, portanto, a proposta ora apresentada pelo ilustre deputado Betinho Gomes. Acima disso, o parlamento estadual já é bem representado pela ala jovem, através dos deputados Betinho Gomes, Carla Lapa, Soldado Moisés, João Fernando Couitinho e outros, o que dispensa a criação do Parlamento Jovem, posto que estes parlamentares podem passar aos estudantes as suas experiências legislativas. A diplomação de 49 deputados-estudantes, prevista na Resolução em tela, contraria frontalmente o Regimento Interno desta Casa e a Constituição do Estado de Pernambuco, que não autorizam, em hipótese alguma, a diplomação, juramento e posse de ninguém, além do preconiza a norma que rege a espécie, o que suscitaria, no caso vertente, dúvidas e questionamento pelo público.

Guilherme Uchôa 2º Secretário	
Em face das alegações acima narradas manifesto-me contrário ao Projeto de Resolução nº 762/2004 de autoria do deputado estadual Betinho Gomes.	
Mesa Diretora, em 11 de outubro de 2005.	

Presidente: Romário Dias.
Relator : Guilherme Uchôa.
Favoráveis os (6) deputados: Carla Lapa, Ettore Labanca, João Negromonte, Raimundo Pimentel, Romário Dias, Sérgio Leite.

Parecer N° 5466/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1.070/2005
Autoria: Deputado Antônio Figueirôa

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA CRIAR, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, O DIA DA PSICANÁLISE. ATENDIDO O TRAMITE REGIMENTAL. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório
<p>1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.070/2005, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa, para análise e emissão de parecer;</p>
<p>1.2- A Proposição cuida de matéria que busca criar no âmbito do Estado de Pernambuco, o Dia da Psicanálise;</p>

1.3- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa criar, no âmbito do estado de Pernambuco, o Dia da Psicanálise, a ser comemorado no dia 23 de setembro;

2.2- Conforme Justificativa do autor do projeto, a psicanálise é um modo particular de tratamento de desequilíbrio mental e uma teoria psicológica que se ocupa dos processos mentais inconscientes, uma teoria da estrutura e funcionamento da mente humana e um método de análise dos motivos do comportamento e ainda, uma doutrina filosófica e um método terapêutico de doenças de natureza psicológica supostamente sem motivação orgânica;

2.3- Esclarece, também, que a valorização e aperfeiçoamento da técnica e a formulação dos conceitos nos desmembramentos posteriores do método e da doutrina da psicanálise, se deve a Sigmund Freud que se valeu do pensamento de alguns filósofos e de sua própria experiência profissional;

2.4- Passado pouco mais de um século a psicanálise tem se expandido por todos os continentes, principalmente o Europeu e Sul-americano. No Brasil, o movimento psicanalítico tem crescido e assumido uma nova postura,

deixando de atender apenas aos mais privilegiados e socializando-se, permitindo que o extraordinário legado freudiano seja aplicado nos mais variados segmentos da sociedade;

2.5- Ademais, vale frisar que o movimento psicanalítico, no âmbito do Estado de Pernambuco, vem ocupando posição de destaque no Nordeste, de forma que o número de professores nessa área vem crescendo e novas Instituições que congregam formam novos psicanalistas surgem a cada dia;

2.6- Desta forma, o presente Projeto de lei está em condições de ser aprovado por este colegiado, uma vez que ressalta a importância da Psicanálise em nosso Estado, ao tempo em que presta uma justa homenagem ao “Pai da Psicanálise” o mestre – **DR. SIGMUND FREUD**, pela passagem do 66º aniversário de sua morte.

Mavíael Cavalcanti <div>Deputado</div>
3. Conclusão
Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.070/2005, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa.
Sala da Comissão de Administração Pública, em 11 de outubro de 2005.
Presidente: José Queiroz. Relator : Mavíael Cavalcanti. Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz, Teresa Leitão.

Indicações

Indicação Nº 4671/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido o Plenário, obedecidas às normas regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas Vasconcelos; ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Fernando Antônio Caminha Dueire e ao Exmo Sr. Presidente da Compesa, Dr. Luiz Gonzaga Perazzo, no sentido de unirem esforços visando a colocação de água encanada no Loteamento Carneiro Leão da Cidade de Carpina-PE. Da decisão do Plenário e do inteiro teor desta indicação, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, com endereço no Palácio do Campo das Princesas – Praça da República, s/n – Santo Antônio – Recife-PE – CEP 50010-040; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Infra-Estrutura, Dr. Fernando Antônio Caminha Dueire, com endereço na Av. Cruz Cabugá, 1111, Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 52040-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Compesa, Dr. Luiz Gonzaga Leite Perazzo, com endereço a Av. Cruz Cabugá, 1387, Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 52040-000 e ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Manoel Severino da Silva, com endereço a Praça São José, 95,Centro – Carpina-PE, CEP: 55.810-000.

Justificativa

Colocar água encanada no Loteamento Carneiro Leão da Cidade de Carpina, atualmente é a obra mais importante que o Governo Estadual poderá realizar naquela localidade. Carpina vem se desenvolvendo a cada momento, além de um grande comércio, o setor industrial vem caminhando muito bem. Posso ainda, nesta proposição, dar meu testemunho que o prefeito Manoel Botafogo, vem fazendo uma administração profícua e arrojada, atendendo os interesses e as expectativas da grande maioria dos Carpinenses. No entanto, parte daquela população, especialmente aquelas pessoas que residem no Loteamento Carneiro Leão, vem atravessando os maiores dissabores por falta d’água. Portanto, nada mais justo do que esta Casa Legislativa, fazer um apelo as autoridades estaduais competentes, para que elas

possam unir esforços no sentido de tomarem as providências mais imediatas para que seja atendida aquela comunidade, atualmente a mais necessitada da cidade de Carpina-PE. Em assim sendo, torna-se plenamente justificável a solicitação ora apresentada.

Antônio Moraes <div>Deputado</div>
Indicação Nº 4672/2005

Indicamos à Mesa, ouvindo o plenário e obedecendo as normas regimentais, que seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Dr. Jarbas Vasconcelos, e ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Fernando Dueire, no sentido de viabilizar a eletrificação rural para 06 (seis) domicílios rurais de baixa renda nas comunidades de Olaria (05 domicílios) e Navio (01 domicílio Sr. Quinca Caetano), no município de Floresta-PE. Da decisão desta Assembléia Legislativa, e do teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Governador Jarbas Vasconcelos; Vice-Governador Mendonça Filho; Secretário de Infra-Estrutura, Fernando Dueire; Deputado Federal Joaquim Francisco; Dr. Aloisio Ferraz, com endereço na Rua Joaquim Nabuco, 729, Graças, Recife; Vice-Prefeito de Floresta, Ricardo Ferraz; e ao Senhor Anselmo Xavier de Sá, com endereço na Rua José Xavier Filho, s/n, Floresta-PE.

Justificativa

O pleito ora formulado objetiva fazer justiça a esse pequeno grupo de famílias que não foi incluído em ações governamentais anteriores no que pese a proximidade dos seus domicílios às redes de distribuição de energia. Tratam-se de trabalhadores rurais, pequenos irrigantes situados nas margens do Riacho do Navio, que necessitam de energia nas suas residências. Importante assinalar que esta é uma pequena obra, no entanto, de grande relevância para garantir inclusão social para cerca de 40 pessoas pobres. Tendo em vista minha justificativa, solicito aos meus ilustres pares aprovação para esta Indicação.

Mavíael Cavalcanti <div>Deputado</div>
Indicação Nº 4673/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido o Plenário, obedecidas às normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Ilmo. Sr. Gerente de Relações Institucionais da TELEMAR Nordeste, Délio Zobaran, no sentido de determinar providencias administrativas e técnicas para viabilizar a instalação de um telefone público no Pátio da Casa de Apoio de Tuparetama, localizado na Rua Nobre de Lacerda, 202, Madalena, Recife-PE. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Tuparetama, Dr. Sávio Torres, na Av. Central, s/n, Centro, Tuparetama-PE, 56760-000; a Ilma. Sra. Diretora da Casa de Apoio de Tuparetama, Aline Renato, na Rua Nobre Lacerda, 202, Madalena, Recife-PE, 50.540-720; e ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tuparetama, e demais vereadores, na Rua Teresa de Menezes, s/n, Tuparetama-PE, 56760-000.

Justificativa

A Casa de Apoio de Tuparetama abriga várias pessoas vindas do Sertão pernambucano, as quais buscam tratamento de saúde e outros serviços disponibilizados na capital. A maioria das pessoas abrigadas tem dificuldades para se locomoverem sozinhas, já que são idosas e/ou possuem alguma enfermidade. Desta maneira, a instalação de um “orelhão” no referido local proporcionaria aos abrigados grande comodidade e segurança. Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação.

Ricardo Teobaldo <div>Deputado</div>
Requerimentos

Requerimento Nº 3396/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja transcrito nos anais desta Casa de Joaquim Nabuco a matéria veiculada no Diário de Pernambuco, na edição do dia 10/10/2005, cademo Vida Urbana, página A9, sob título “**FÓRUM TEM TERCEIRA REUNIÃO HOJE**,que se refere ao Fórum de Mobilização Social para o Consumo Responsável de Bebidas Alccólicas. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. Joezil Barros, DD. Presidente dos Diários Associados - Diário de Pernambuco, Ilmo. Sr. Laedson Bezerra, DD. Diretor Presidente do DETRAN/PE, Exmo. Sr. Deputado Romário Dias, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e ao Exmo. Sr. Vereador Josenildo Sinésio, DD. Presidente da Câmara Municpal do Recife.

Justificativa

O Diário de Pernambuco, na sua edição de 10 de outubro de 2005, veicula matéria sobre a 3ª reunião do Fórum de Mobilização Scial para o Consumo Responsável de Bebidas Alcoólicas,com o seguinte teor: “Fórum sobre bebida e direção tem 3ª reunião - O 1º Fórum de Mobilização Social para o Consumo Responsável de Bebidas Alcoólicas tem continuidade hoje pela manhã,com a terceira de suas 10 reuniões programadas até o final deste ano. O encontro acontece na sede dos Associados em Pernambuco, no bairro de Santo Amaro.

O debate de hoje estará concentrado sobre como os poderes legislativos municipal e estadual podem ajudar a reduzir o grande número de acidentes de trânsito causados pela ingestão indevida de álcool. Os convidados são o vice-presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Raimundo Pimentel, e o presidente da Câmara Municipal do Recife (CMR), vereador Josenildo Sinésio. O fórum é promovido pelos Associados, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran/PE). Tem o objetivo de mobilizar órgãos governamentais e sociedade civil para o problema das mortes de trânsito associadas ao uso do álcool - estima-se que entre 61% e 80% de todos as acidentes tenham como causa a ingestão de bebidas. As reuniões acontecem uma vez por semana no auditório dos Associados, em Santo Amaro, sempre abordando uma das seguintes frentes: legislativa, jurídica, operacional e educativa.” Em se tratando de um assunto de suma importância para a preservação da vida, pois bem se sabe do elevado índice de acidentes automobilísticos ocorridos devido ao consumo de bebidas alcoólicas, espera-se que este Fórum possa, conjuntamente com os Poderes Legislativos Municipal e Estadual e principalmente pelo DETRAN/PE, na competente pessoa do seu Diretor Geral, Dr.Laedson Bezerra, eleger alternativas que possam coibir o consumo de bebidas alcoólicas pelos motoristas, utilizando-se do bafômetro, e assim preservar muitas vidas. Por isos, a importância em se transcrever o artigo acima nos anais deste Poder Legislativo Pernambucano. Finalmente nada mais justo do que parabenizar todos os envolvidos nesse empreendimento social, que certamente em muito beneficiará a população do Estado de Pernambuco.

Antônio Figueirôa <div>Deputado</div>
Requerimento Nº 3397/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um Voto de Aplausos ao artista plástico Ferreira, pela realização de exposição dos seus trabalhos, na Sala Cícero Dias do Museu do Estado. A abertura do evento ocorreu às 20:00 h do dia 06 de outubro do ano em curso e permanecerá até às 17:00 h do dia 06 de novembro de 2005. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, com endereço no Palácio do Campo das Princesas, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação e Cultura, Prof. Mozart Neves Ramos, com endereço na Rua Siqueira Campos, 304, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; ao Exmo. Sr. Presidente da Fundarpe, Dr. Bruno Lisboa, com endereço na Rua da Aurora, 463/469, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-000; a Diretora Superintendente do Museu do Estado de Pernambuco, Sílvia de Lima e Silva Pontual, com endereço a Av. Rui Barbosa, 960, Graças, Recife-PE, CEP: 52100-040 e ao artista Plástico José Ferreira de Carvalho (Ferreira), com endereço a Rua Catulo da Paixão Cearense, 263, Campo Grande, Recife-PE, CEP: 52031-030.

Justificativa

Os que conhecem o multiartista pernambucano Ferreira, sabem de sua grande paixão pela arte, e que encara o Dom profissional como um sacerdócio. Ele é uma espécie de guerreiro na área em que atua, porque ama o que faz, perseguindo os fatos imaginados nas pinturas dos painéis e em miniquadros, desenhos, esculturas e cerâmicas, até na manipulação de uma peça aparentemente banal, Ferreira a faz como se estivesse perseguindo um ideal. Apaixonados que somos, por tudo que envolve nossa cultura, estamos por demais enlevados com a mega exposição de artes que está nos proporcionando o iluminado Ferreira. O local da mostra não poderia ser mais apropriado e aconchegante, a imponente Sala Cícero Dias do Museu do Estado de Pernambuco. Portanto, para dá à dimensão que esta homenagem realmente merece, fazemos nossas as palavras do culto Jaci Bezerra. “As cerâmicas de Ferreira, sua pinturas, seus castiçais, seus objetos, são extensões do que ele pensa e sonha. Por assim proceder, ao transportar para a tela o sentimento que nele se organiza, o mundo canta e sonha. Talvez pudesse dizer que é que o pintor cumpre o destino de reconstruir o paraíso. E talvez mais do que isso, nos concede o milagre de habita-lo outra...”.

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005
Antônio Moraes <div>Deputado</div>
Requerimento Nº 3398/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos Trabalhos Legislativos desta Casa, Um Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Júlio José Bezerra Filho, ocorrido no dia 10 de outubro de 2005. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento aos seus familiares através de sua esposa Sr.ª Marlene Bezerra, Rua José Francisco de Santana, 866 - Janga - Paulista/PE - CEP 53435.320 - ao Superintendente dos Diários Associados Dr. Joezil Barros - Rua do Veiga, 600 - Santo Amaro - Recife/PE - CEP 50040.915 e aos Membros da Associação dos Cronistas Desportivos de Pernambuco - Rua Nova, 225 - Sala 707 - Santo Antônio - Recife/PE - CEP 50010.100

Justificativa

Faleceu na manhã de ontem, aos 57 anos de idade, o jornalista Júlio José Bezerra Filho, vítima de um infarto do miocárdio. Júlio José era casado com a senhora Marlene Bezerra e pai de três filhos. Júlio começou sua carreira aos 16 anos de idade, em 1964, na Rádio Capibaribe, tendo trabalhado ao longo de sua vida profissional nas Rádios Tamandaré, Globo, Jornal, Olinda, Relógio e Clube, aonde ultimamente vinha apresentando o

Recife, 12 de outubro de 2005

programa “Esses maravilhosos cronistas esportivos”, ainda teve destacada presença nos jornais Diário de Pernambuco, onde permaneceu por vinte e cinco anos, sendo repórter e editor-assistente, Lancel, sendo o primeiro jornalista nordestino a manter uma coluna num jornal do eixo Rio / São Paulo, “Na zona do agrião” no Jornal dos Sports, também comandou a revista Torcida. Autor de vários livros, entre eles o último a ser lançado: Futebol em Preto e Branco. Júlio era um homem sincero, contestador, sempre falava a verdade de uma forma direta, a ponto de ser um dos poucos cronistas que assumiu publicamente o seu clube de coração, o Santa Cruz, onde como conselheiro, seu corpo foi velado, tendo sido sepultado no Cemitério de Santo Amaro. A imprensa perdeu um grande profissional, nós perdemos um amigo leal.

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005
Sebastião Rufino <div>Deputado</div>
Requerimento Nº 3399/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado VOTO DE APLAUSO à FUNDAÇÃO ALTINO VENTURA, representada neste momento pelo Dr. Marcelo Ventura, Secretário Executivo da Fundação, pela inauguração da urgência oftalmológica 24 horas, que atenderá todo Estado de Pernambuco. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmº Dr. Marcelo Ventura, com endereço na Fundação Altino Ventura, Rua da Soledade, 170, Boa Vista, Recife - PE.

Justificativa

A presente proposição, visa exaltar os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Altino Ventura ao longo dos seus 18 anos de existência, até agosto de 2005 os números provam a excelência dos serviços oferecidos pela FAV: 3.454.020 procedimentos oftalmológicos entre consultas, exames e cirurgias; nas sub-especialidades de catarata, glaucoma, córnea e doenças externas oculares, oftalmologia pediátrica e estrabismo, retina e vítreo, órbita, uveíte e plástica ocular, foram realizadas 1.393.662 consultas e 81.425 cirurgias de pequena, média e alta complexidade, incluindo 1.815 transplantes de córnea; realizou em seu departamento de exames complementares 1.978.951 exames. Tais resultados, extremamente positivos, colocam a Fundação Altino Ventura entre as quatro entidades do país, na realização de transplante de córnea. A FAV é filantrópica e os pacientes são do Sistema Único de Saúde - SUS, possuindo duas missões: a primeira é o atendimento à população de baixa renda e a segunda missão é o ensino e a pesquisa.

No último dia 10 de outubro, o Secretário de Saúde do Estado, Dr. Gentil Porto e o Secretário Executivo da Fundação Altino Ventura, Dr. Marcelo Ventura, inauguraram a emergência oftalmológica 24 horas para atender a demanda de todo o estado de Pernambuco. A solenidade foi na sede da FAV, porém a unidade começou a funcionar hoje, dia 11/10/2005. O referido atendimento era realizado no Hospital da Restauração, porém a Secretaria Estadual de Saúde ciente de que cerca de 15% do atendimento de urgência realizado no referido hospital é oftalmológico, ou seja, são mais de 150 pessoas, entre crianças e adultos, provenientes de todo estado, atendidas diariamente com problemas de visão, como queimaduras e conjuntivites, além de diversas formas de traumas oculares, necessitou otimizar o atendimento no HR, transferindo o setor de emergência oftalmológica do hospital para a FAV. Diante do exposto, nada mais justo do que esta Casa de Joaquim Nabuco, enaltecer os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Altino Ventura, em prol da população carente do nosso estado e visando o progresso da ciência.

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005
Ettore Labana <div>Deputado</div>
Requerimento Nº 3400/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Júlio José Bezerra Filho, ocorrido no dia 10 de outubro de 2005. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à esposa, **Marlene Bezerra** e aos filhos, com endereço na Rua José Francisco Santana, 866, Janga, Paulista-PE, CEP: 53435-320; ao Ilmo. Sr. **Joezil Barros**, com endereço na Praça da Independência, 12, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-902 ; ao Ilmo. Sr. **Geraldo Freire**, com endereço na Rua Japecanga, 57, Prado, Recife-PE, CEP: 50720; ao Ilmo. Sr. **Fernando Júnior** e ao Ilmo. Sr. **Luiz Felipe**, com endereço na Rua do Veiga, 590, Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 50040-110.

Justificativa

O jornalista Júlio José Bezerra Filho faleceu no dia 10 de outubro, aos 57 anos. Sua partida entristeceu a todos, deixando a imagem e a sabedoria de um grande profissional, que teve no amor ao esporte a essência de sua existência. O velório foi realizado na sede do Santa Cruz, onde era conselheiro. O hábil cronista tornava público sua paixão pelo clube. Prestaram homenagem ao amigo os comunicadores Vicente Lemos, André de Pádua e Geraldo Freire. Era casado com Marlene Bezerra e tinha três filhos. Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que tem bom coração e que moldaram sua vida na prática da solidariedade e do amor ao próximo. Iniciou sua extensa carreira aos 16 anos, na Rádio Capibaribe. Trabalhou também nas Rádios Tamandaré e Olinda, e no Sistema Globo de Rádio. No Diário de Pernambuco foi repórter e editor-assistente, onde permaneceu por mais de 20 anos. Chegou a administrar a revista *Torcida*, sendo o primeiro jornalista do Nordeste a ter uma coluna na Região Sul/Sudeste, intitulada “Na zona do agrião”, por meio do Jornal dos Sports, no Rio de Janeiro. Lançou vários livros esportivos, a exemplo do *Futebol em Preto e Branco*. Profissional de personalidade forte, bastante culto e distinto, Júlio apresentava o programa “*Esses maravilhosos cronistas*

esportivos", na Rádio Clube de Pernambuco, onde conquistou muitos amigos, como os comentaristas Fernando Júnior e Luiz Felipe.

Portanto, revela-se oportuno que esta Casa Legislativa encaminhe Voto de Pesar pela perda irreparável de um dos maiores cronistas esportivos do Estado, Júlio José Bezerra Filho. Que sejam registradas nossas condolências e que Deus derrame suas bênçãos sobre a família.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005
<div><div></div><div>Augusto Coutinho</div><div>Deputado</div></div>

Requerimento Nº 3401/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um **VOTO DE APLAUSOS** ao historiador e professor, **RONALDO JOSÉ SOUTO MAIOR**, pelo lançamento do livro **"BEZERROS SEUS FATOS E SUA GENTE"**, ocorrido no Centro de Convenções do Hotel Brisa da Serra em Bezerros, na noite do dia 14 de maio corrente ano.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. Ronaldo José Souto Maior, e Sra. Vera Lucia Souto Maior, na Av. Capitão Eulino Mendonça nº. 60, São Sebastião, Bezerros – PE. CEP: 55.660-000 ao Secretário de Educação e Cultura, Exmo. Sr. Mozart Neves, na Rua Siqueira Campos, 304, Santo Antônio, CEP: 50.010-010, ao Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Ilmo. Sr. Bruno de Moraes Lisboa, na Rua da Aurora, 469 - Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.040-090, e ao Sr. Bosco Araújo, no Sítio Riacho Verde, 579 - BR 232, km 103 - Caixa Postal 08, CEP 56.660-000, Bezerros – PE.

Justificativa
<p>A presente proposição visa o digno reconhecimento pelo lançamento do livro “BEZERROS, SEUS FATOS E SUA GENTE” de autoria Sr. RONALDO JOSÉ SOUTO MAIOR. Formado em Direito, Professor, especializado em história, iniciou sua vocação para as letras no ano de 1957, quando colaborou com o Jornal Estudantil O Pindorama de Caruaru, militou no grêmio Domingos Sávio, onde começou suas obras voltadas para a HISTORIOGRAFIA das cidades de seus colegas de colégio, ocasião em que percebeu o vazio existente em relação a história da região de Bezerros. Iniciou-se assim o desafio em pesquisar e divulgar fatos e fotos do agreste.</p> <p>Lançou o seu primeiro livro em 1981 intitulado Na Praça da Matriz, sobre a historiografia bezerrense. Em 1984 lançou o álbum Revista de Bezerros, tornando com isso, autor de vários livros de poesias, colaborador de vários jornais e reeditor do Jornal Correio de Bezerros. É um verdadeiro arquivo vivo, sendo suas histórias baseadas nas tradicionais familiares e seus Casarões do agreste pernambucano.</p> <p>Com o lançamento do livro Bezerros, Seus Fatos e Sua Gente, o autor trava mais uma luta na preservação e tombamento dos sítios históricos, não só de Bezerros, mas também de Gravatá, Sairé, Camocim de São Felix, Bonito, Caruaru, Garanhuns e Brejo da Madre de Deus. Com o apoio do contrêrâneo Dr. Severino Otávio Raposo e amigos, buscam resgatar a memória do Agreste.</p> <p>Ante ao exposto, conclamamos aos Ilustres Pares que compõem esta Casa Legislativa pela aprovação da presente Proposição.</p> <p>Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 2005</p>

Justificativa
Nelson Pereira <div>Deputado</div>

Requerimento Nº 3402/2005

REQUEREMOS à Mesa, nos termos do inciso XXII, do artigo 14 da Constituição do Estado, combinado com o artigo 194, do Regimento Interno, seja solicitado ao Governador Jarbas Vasconcelos, do Estado de Pernambuco, providências para que forneça, através do setor administrativo competente, informação a esta Casa sobre o quantitativo e respectiva identificação dos bens imóveis pertencentes ao Estado de Pernambuco, especialmente os terrenos rurais, no município de Araripina.

Justificativa
Oral.
Sala das Reuniões, em 6 de outubro de 2005
Bruno Araújo <div>Deputado</div>

DEFERIDO

Requerimento Nº 3403/2005

Requeremos à mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado ao Presidente da EMTU, Sr. Evandro Avelar, no sentido de prestar informação sobre o funcionamento e a validade do Bilhete Eletrônico.

Justificativa
Lideranças estudantis e pais de alunos, em contato com nosso gabinete, pediram apoio para esclarecer se há fundamento nos rumores sobre a validade do Bilhete eletrônico por apenas um mês e quais as razões que justificam essa decisão da EMTU. Os estudantes e seu familiares não têm informações sobre limitação da validade e a EMTU não tem posição clara sobre o assunto, de sorte que pedem uma posição da sua direção e, nesse sentido, a ajuda deste poder para atender essa justa reivindicação.
Sala das Reuniões, em 10 de outubro de 2005
Roberto Leandro <div>Deputado</div>
DEFERIDO

Requerimento Nº 3404/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, solicitar um **Pedido de Informações** ao Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, Ilmo. Sr. Gentil Porto, sobre o convênio com a **Fundação Altino Ventura**, nos anos de 2000 e 2005, principalmente no sentido de esclarecer as cláusulas diferenciais e de abrangência de cada convênio, número de atendimentos mensais, procedimentos/exames por atendimento, estatísticas dos atendimentos enviados a Fundação, valor pago por consulta, exames e cirurgias e pagamento anual discriminado, cópias dos convênios firmados em 2000 e 2005.

Justificativa
A referida solicitação dá-se pela necessidade de esclarer todas as dúvidas sobre os convênios firmados entre a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Altino Ventura no ano de 2000 e 2005 e sobre a atuação da referida Fundação no Hospital da Restauração.
A Fundação Altino Ventura realizava os procedimentos oftalmológicos em uma sala específica para os devidos exames, em conjunto com os profissionais do HR, em parceria com o Sistema Único de Saúde - SUS, portanto entendemos que o Estado deveria implementar este serviço, sem retirar o setor de oftalmologia do HR, uma vez que a população tem este Hospital como referência para os atendimentos de urgência.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL TRATA:

Artigo 196 - “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco da doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”. Sabemos das necessidades da população pernambucana, principalmente no tocante da saúde pública e da responsabilidade do Governo Estadual, então defendemos a implementação das unidades de saúde, sem convênios com instituições privadas e fundações.

Diante do exposto, é necessário uma maior transparência nas ações do Governo Estadual, no setor de saúde, principalmente quando se onera os cofres públicos.

Sala das Reuniões, em 10 de outubro de 2005
Isaltino Nascimento <div>Deputado</div>

DEFERIDO

Ata da Mesa Diretora

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, realizada na Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, no dia 06 de setembro de 2005.

Presidência do Deputado Romário Dias.

Aos seis (06) dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na Sala Torres Galvão, localizada no Palácio Joaquim Nabuco, sito à Rua da Aurora, 631 – Boa Vista – Recife/Pernambuco, reuniu-se a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Deputado Romário Dias, e com as presenças dos demais membros da Mesa Diretora Deputados Ettore Labanca, Guilherme Uchôa, João Negromonte , Raimundo Pimentel e Sérgio Leite, além dos Deputados Mavíael Cavalcanti e Sílvio Costa. Também estavam presentes a Dra. Eva Maria de Andrade Lima, Superintendente Geral; o Dr. Edvaldo José Cordeiro dos Santos , Procurador Geral; a Jornalista Christiane Alcântara, Assistente Chefe da Assistência de Comunicação Social; a Drª Ana Olímpia Celso de Miranda Severo, Assistente Chefe da Assistência Legislativa e o Sr. Ricardo Mendes Lins, Assessor Técnico Legislativo da Auditoria. Falta justificadamente a Deputada Carla Lapa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, determinando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada sem contestação. Prosseguindo, o Senhor Presidente fez as seguintes designações de relatoria: Ao Deputado João Negromonte o Requerimento Funcional de nº 133624-JF/2005, em que a Srª NIEDJA DOMINGOS CARVALHO DE ANDRADE requer o pagamento do 13º salário proporcional do servidor falecido Romero Sérgio de Andrade; ao Deputado Guilherme Uchôa, o Projeto de Resolução nº 1047/2005, de autoria da Deputada Teresa Leitão, que regulamenta o disposto no § 1º do artigo 26 da Lei nº 12.669, de 30/09/2004, e dá outras providências. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Raimundo Pimentel que emite o Parecer de nº 06/05, pelo deferimento da aposentadoria compulsória do servidor EDUARDO FRANCISCO CORRÊA DE ARAÚJO com proventos integrais, nos termos do Art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal de 1988, retroagindo a 12 de maio do corrente ano. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado João Negromonte que emite os seguintes pareceres: o de nº 07/05, pelo deferimento da aposentadoria compulsória do funcionário ANTÔNIO ZEFERINO DE ARAÚJO com proventos proporcionais, nos termos do Art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal de 1988, retroativo a 25 de maio de 2005 e o de nº 08/05, pelo deferimento da aposentadoria compulsória da servidora ANA MARIA BUARQUE DE GUSMÃO com proventos proporcionais, nos termos do Art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal de 1988, retroativo a 28 de julho de 2004. Logo em seguida, ficou decidido pelos componentes da Mesa Diretora que todos os processos de aposentadoria compulsória que forem remetidos a este Colegiado para parecer e decisão devem vir já acompanhados com o Ato administrativo consequente para que seja homologado pelo Presidente. Esta medida visa a aumentar a eficiência do processo administrativo de concessão da aposentadoria compulsória a servidor e, com isso, zelar pelo bem estar do funcionário. Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Raimundo Pimentel, que apresentou os seguintes Pareceres legislativos: opinando

favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 944/05, de autoria do Deputado Sérgio Leite, que institui no calendário desta Assembléia o Seminário Estadual de Segurança Pública do Poder Legislativo, e o que opina de forma favorável ao Projeto de Resolução nº 948/05, também de autoria do Deputado Sérgio Leite, que institui no calendário deste Poder Legislativo o Seminário Estadual de Cultura. Todos os pareceres apresentados nesta reunião receberam apoio unânime dos membros da Mesa Diretora. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente coloca em discussão o pagamento da licença prêmio do funcionário aposentado ANTÔNIO AIRTON BENJAMIN. Ficando decidido que será realizado em 10 (dez) parcelas mensais. Em seguida, a Mesa Diretora aprovou, sem contestações, o balancete financeiro do mês de junho de 2005. Prosseguindo, o Senhor Presidente discorreu sobre o problema da evasão do Plenário no decorrer das reuniões. Participando da discussão, e ratificando a opinião do Presidente, pronunciaram-se os Deputados Raimundo Pimentel, João Negromonte e Mavíael Cavalcanti, ficando acertado entre os membros da Mesa Diretora que na quinta-feira, dia 22 de setembro do corrente ano, haverá uma reunião do Colegiado com os Líderes partidários e das bancadas do governo e da oposição, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1. realização de chamada para verificação de quorum nas terças e quartas-feiras; 2. a ordem do dia ser votada depois da realização do pequeno e do grande expedientes; 3. sobre a restrição de cinco oradores no pequeno expediente, com cinco minutos para cada um, e cinco oradores no grande expediente, com quinze minutos cada um, tendo no final do tempo concedido apenas três minutos para as considerações finais após o parlamentar ser alertado pela Presidência; 4. Outros temas pertinentes. Continuando, ficou determinado que na Quinta-feira, dia 08 de setembro de 2005, não haverá reunião ordinária. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Êtore Labanca que apresenta Proposta de Projeto de Resolução concedendo, em caráter especial, a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, aos eminentes: Excelentíssimo Senhor Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil , Luís Inácio Lula da Silva. A proposta foi aprovada por unanimidade, sendo encaminhada para deliberação do Plenário. Em seguida o Senhor Presidente informa que nos dias 04, 09, 15, 23, 24, 25, 30 e 31 de agosto e 01 e 05 de setembro de 2005 foram assinados os Atos Administrativos de n’s 481 a 513, que foram publicados no Diário Oficial deste Poder Legislativo. Declarando encerrados os trabalhos, o Senhor Presidente determinou à Assistente Chefe da Assistência Legislativa que lavrasse a presente Ata, para fins legais e de publicação, que vai ao final datada e devidamente assinada.

Sala Torres Galvão, em 11 de outubro de 2005.
Deputado ROMÁRIO DIAS <div>Presidente</div>
Deputado ETTORE LABANCA <div>1º Vice-Presidente</div>
Deputado RAIMUNDO PIMENTEL <div>2º Vice-Presidente</div>
Deputado JOÃO NEGROMONTE <div>1º Secretário</div>
Deputado GUILHERME UCHOA <div>2º Secretário</div>
Deputado SÉRGIO LEITE <div>3º Secretário</div>
Deputada CARLA LAPA <div>4º Secretário</div>

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2005.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de setembro de 2005, no recinto do Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, às 11h30 (onze horas e trinta minutos), nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado José Queiroz, as Deputadas: Aurora Cristina e Teresa Leitão, todas membros titulares. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, distribuindo os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1.065/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1.066/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1.067/2005, do Deputado Isaltino Nascimento, relator Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 1.068/2005, do Deputado Isaltino Nascimento, relatora Deputada Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária nº 1.069/2005, do Deputado Guilherme Uchôa, relator Deputado Betinho Gomes; Projeto de Lei Ordinária nº 1.070/2005, do Deputado Antônio Figueirôa, relator Deputado Betinho Gomes; Projeto de Lei Ordinária nº 1.071/2005, do Deputado Guilherme Uchôa, relatora Deputada Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária nº 1.072/2005, do Deputado Bruno Rodrigues, relator Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 1.073/2005, da Deputada Malba Lucena, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1.074/2005, do Deputado Izaías Régis, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1.077/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Aurora Cristina; Projeto de Lei Ordinária nº 1.078/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Mavíael Cavalcanti. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente pôs em discussão os Projetos a seguir: Projeto de Lei Ordinária nº 927/2005, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, relator Deputado Betinho Gomes, que estando ausente foi substituído pela Deputada Aurora Cristina, que apresentou parecer favorável ao projeto, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1.054/2005, de autoria do Poder Executivo, relatora Deputada Aurora Cristina, que

solicitou a retirada do projeto de pauta, tendo em vista o mesmo ter ocorrido na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; Projeto de Lei Ordinária nº 1.062/2005, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Mavíael Cavalcanti, que estando ausente foi substituído pela Deputada Aurora Cristina, que apresentou parecer favorável ao projeto, aprovado por unanimidade; Emenda Modificativa N° 01/2005, apresentada pela Comissão de Finanças Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.048/2005, de autoria do Ministério Público, relatora Deputada Teresa Leitão, que apresentou parecer contrário ao projeto, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, marcando outra para o dia 05 de outubro do corrente ano, às 9h30 (nove horas). Do que, para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 27 de setembro de 2005.
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ <div>PRESIDENTE</div>

MEMBROS TITULARES:
Deputada Aurora Cristina
Deputada Teresa Leitão

MEMBROS TITULARES:
Deputado Mavíael Cavalcanti
Deputada Teresa Leitão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2005.

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2005, no recinto do Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, às 11h30 (onze horas e trinta minutos), nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado José Queiroz, os Deputados: Teresa Leitão e Mavíael Cavalcanti, todos membros titulares. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, distribuindo os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 1.079/2005, do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1.080/2005, do Poder Executivo, relator Deputado Mavíael Cavalcanti. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente pôs em discussão os Projetos a seguir: Projeto de Lei Ordinária nº 1.016/2005, de autoria da Deputada Teresa Leitão, relator Deputado Betinho Gomes, que estando ausente foi substituído pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, que apresentou parecer favorável ao projeto, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1.065/2005, de autoria do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1.066/2005, de autoria do Poder Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. Do que, para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 05 de outubro de 2005.
DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ <div>PRESIDENTE</div>

MEMBROS TITULARES
Deputado Mavíael Cavalcanti
Deputada Teresa Leitão

MEMBROS TITULARES
Deputado Mavíael Cavalcanti
Deputada Teresa Leitão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA VINTE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E CINCO.

Às dez horas do dia vinte de setembro do ano dois mil e cinco, no plenarinho II, quinto andar do anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, reuniram-se os deputados Mavíael Cavalcanti, Adeldo Duarte, Nelson Pereira e Aurora Cristina, sob a presidência do primeiro. Após a leitura do edital de Convocação o sr. presidente iniciou os trabalhos fazendo um breve relato dos fatos relacionados com a ADMED e convidou o dr. Mardônio Quintas, que foi o autor da solicitação da audiência, para usar da palavra. O dr. Mardônio afirmou que o processo de liquidação da ADMED é emblemático, pois falta transparência. Não existe informações sobre o mesmo. Sabe-se apenas que o inventariante recebe R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por mês, que os objetos guardados em um depósito estão sendo dizimados pela marizia, que vários hospitais de pequeno porte estão falidos ou em pré-falência por consequência de não receber os créditos que têm com a ADMED. E, finalmente, disse: são seis meses que a A.N.S está gastando dinheiro com a liquidação sem produzir um único resultado positivo. Na sequência falou o dr. Irapuan Gonçalves de Lima, gerente geral da A.N.S, que afirmou: a sua presença naquela reunião é de suma relevância por ter a oportunidade de esclarecer algumas limitações legais sobre o processo de liquidação de uma empresa como a ADMED. Fez um balanço dos fatos relacionados com a ADMED até aquele momento, e concluiu dizendo: a A.N.S tem informado a todos com a maior presteza. Continuando o deputado Izaías Régis critou a A N.S afirmando que muitas funerárias foram autorizadas a vender planos de saúde. Acha que deveria ser feito um levantamento global para se criar plano de saúde. Concluiu dizendo: os planos desviam o dinheiro dos usuários para outras empresas não pagando aos hospitais conveniados e a A.N.S não tomou providência para evitar tal prática; os políticos têm obrigação de defender a população que não conhece seus direitos; tem certeza que os donos da ADMED têm casas de praia e outras mordomias adquiridas com o dinheiro dos usuários; vem mais broncas por aí, pois tem mais planos de saúde para falir. Por sua vez o deputado Nelson Pereira externou sua preocupação com o momento, pois entende que no processo da ADMED a situação mais difícil é a dos usuários que estão sem atendimento (abandonados). Encerrou sugerindo a criação de uma C.P.I sobre as empresas de assistência à saúde. Usaram da palavra, também, a dra. Cristina Sakaki, o dr. Berivaldo Sabino da Silva, a dra. Maria Luíza Vilarinho, o dr. Roberto Hilário, o dr. Francisco Severino, o dr. Itamar Isaías e o dr. Djair Farias-liquidante da ADMED, que refutou as críticas do dr. Mardônio e fez um relato do andamento do processo de liquidação. Continuando o

